

Agricultura Familiar na Economia

Brasil e Rio Grande do Sul

Joaquim J. M. Guilhoto
Fernando G. Silveira
Carlos R. Azzoni
Silvio M. Ichihara

Agricultura Familiar na Economia

Brasil e Rio Grande do Sul

Joaquim J. M. Guilhoto
Fernando G. Silveira
Carlos R. Azzoni
Silvio M. Ichihara

MDA/NEAD
Brasília, 2005

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República

Miguel Soldatelli Rossetto

Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

Guilherme Cassel

Secretário-executivo do Ministério
do Desenvolvimento Agrário

Rolf Hackbart

Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária – Incra

Valter Bianchini

Secretário de Agricultura Familiar

Eugênio Peixoto

Secretário de Reordenamento Agrário

José Humberto Oliveira

Secretário de Desenvolvimento Territorial

Caio Galvão de França

Coordenador do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD

NEAD Estudos 9

Copyright © by MDA

Projeto gráfico, capa e diagramação

Caco Bisol Produção Gráfica
caco@cacobisol.com.br

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

Secretaria da Agricultura Familiar (SAF)

SBN Quadra 1

Edifício Palácio do Desenvolvimento

6º andar, sala 609

CEP 70057-900 - Brasília/DF

Telefone: (61) 3426-9963

www.mda.gov.br

Núcleo de Estudos Agrários e

Desenvolvimento Rural (NEAD)

SCN Quadra 1 - Bloco C

Edifício Trade Center

5º andar, sala 501

CEP 70711-902 - Brasília/DF

Telefone: (61) 3328-8661

www.nead.org.br

**PCT MDA/IICA - Apoio às Políticas e à Participação Social
no Desenvolvimento Rural Sustentável**

G956a

Guilhoto, Joaquim J. M. Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul / Joaquim J. M. Guilhoto ... [et al]. -- Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 44 p.; 21 x 28 cm. -- (Estudos Nead; 9).

1. Agricultura familiar - produção - Brasil. 2. Agricultura familiar - aspectos econômicos - Rio Grande do Sul. 3. Agronegócio. 4. Produto interno bruto - pesquisa - Brasil. I. Título II. Série. III. Silveira, Fernando G. IV. Azzoni, Carlos R. V. Ichihara, Silvio M.

CDD 339.310981

Apresentação

A dinâmica das transformações das atividades agropecuárias e das demais ações a ela vinculadas tem exigido dos setores público e privado o contínuo aperfeiçoamento de instrumentos de análise para orientar as suas decisões, principalmente no que diz respeito ao planejamento das políticas públicas que visam à obtenção da segurança alimentar, à geração de emprego e renda e ao desenvolvimento local em bases sustentáveis e equitativas.

Parte desse esforço de análise tem sido dirigida para caracterizar a enorme complexidade das relações econômicas, sociais e políticas associadas a essas atividades. Essa complexidade decorre, em larga medida, da estreita ligação que há entre os diferentes grupos sociais engajados diretamente nas atividades produtivas e das várias formas sob as quais se organiza o trabalho no campo.

Dessas iniciativas, duas podem ser destacadas. Ambas concluídas no ano 2000. A primeira delas foi a publicação do Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto, coordenado por Carlos Enrique Guanziroli e Silvia Elizabeth Cardim, que consolidou uma série de estudos realizados no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Incra/FAO, desde 1995. Esses textos forneceram novos elementos sobre a ampla diversidade da agricultura brasileira em relação à situação dos produtores, entre vários outros aspectos.

A principal inovação dessas pesquisas foi tornar operacional, mediante a utilização de microdados censitários, um determinado conceito de agricultura familiar construído não mais sobre um limite máximo de área ou de valor de produção da unidade familiar, mas a partir das suas relações sociais de produção. Esse novo conceito vem contribuindo para refutar análises que usam como equivalentes os termos “agricultura familiar” e outros, como “pequena produção” e “agricultura de baixa renda”, e que dele extraem julgamentos prévios sobre as possibilidades econômicas do segmento familiar no campo, condenando-o à marginalidade ou ao desaparecimento.

A segunda iniciativa foi a pesquisa conduzida no Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea/USP), sob a coordenação de Joaquim José Guilhoto, Maria Cristina Furtuoso e Geraldo Sant’ana de Camargo Barros, com o suporte da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), cujo objetivo final foi estimar o crescimento mensal do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro. Essa medição passou a representar um dos mais importantes indicadores de desempenho da atividade agropecuária e agroindustrial no País, com ampla utilização nos meios acadêmicos e de comunicação.

A principal inovação dessa pesquisa foi o delineamento e a mensuração de um conjunto de bens e serviços, inter-relacionados com as atividades agropecuárias produzidos no país, de forma compatível e consistente com as contas nacionais oficiais que tendem a isolar os elos primário, secundário e terciário das cadeias produtivas dependentes de insumos renováveis.

Mesmo com essas e outras pesquisas, ainda é possível constatar a escassez de informações adequadas e de avaliações regulares e abrangentes produzidas com sólido embasamento científico que permitam aperfeiçoar os instrumentos de análise.

Os textos O Agronegócio Familiar na Economia Brasileira e O Agronegócio Familiar na Economia do Rio Grande do Sul sintetizam os resultados do estudo proposto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) para definir e quantificar as cadeias produtivas da agricultura familiar, considerando as atividades a montante (parque industrial que fornece bens de capital e insumos para o campo) e a jusante (rede armazenadora, transporte, processamento, industrialização e distribuição) da agropecuária propriamente dita e suas interligações. O período abrangido é o de 1995 a 2003.

O estudo baseia-se na mesma técnica empregada para o cálculo do chamado agronegócio, já realizado regularmente pelo Cepea/USP, e busca identificar a parcela relativa ao segmento familiar, utilizando o mesmo universo adotado pelo Projeto de Cooperação Incra/FAO.

A metodologia utilizada leva em consideração as recomendações das Nações Unidas para o cálculo do PIB, adotando a matriz de insumo-produto do Novo Sistema de Contas Nacionais (NSCN) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros estudos da Fipe, como instrumentos básicos de análise.

As estimativas do desempenho da produção agropecuária familiar têm como base o Censo Agropecuário 1995/96 e a evolução das informações de acompanhamento da atividade agropecuária apuradas pela FIBGE na Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), na Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), na Produção da Extração Vegetal e Silvicultura, nas Pesquisas Trimestrais do Leite e do Abate de Animais.

Entre os autores, os professores doutores Joaquim José Martins Guillhoto e Carlos Roberto Azzoni, além de Silvio Massoru Ichihara, são vinculados à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, e Fernando Gaiger Silveira, ao Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), do Ministério do Planejamento. Esses pesquisadores e suas instituições são especializados e amplamente reconhecidos por suas análises estruturais das economias nacional e regionais e na elaboração de modelos econômicos de previsão.

A utilização, pelos autores, do termo "agronegócio" reflete a aceitação quase generalizada que o mesmo tem recebido. No entanto, ao contrário daqueles que fazem uma apropriação não-científica desse conceito através da homogeneização indevida dos grupos sociais no campo, os pesquisadores tratam os agricultores familiares como um segmento do complexo maior da chamada economia do agronegócio, conferindo-lhes uma identidade econômica própria.

De forma crítica a essa apropriação e sem prejuízo metodológico para os objetivos do estudo, é possível referir-se ao conjunto das atividades a montante e a jusante do estabelecimento rural como as atividades das cadeias produtivas da agricultura familiar.

Os dados apresentados nos dois textos mostram que o segmento familiar da agropecuária brasileira e as cadeias produtivas a ela interligadas responderam, em 2003, por parcela expressiva do PIB brasileiro (10% ou R\$ 157 bilhões em valores daquele ano) e do PIB gaúcho (27%). Isso equivale a cerca de um terço do total gerado nessas atividades em todo o País e a 55% desse mesmo valor no Rio Grande do Sul. Os autores destacam ainda que o desempenho recente da agropecuária familiar e do agronegócio a ela articulada vem sendo bastante positivo, superando, inclusive, as taxas de crescimento relativas ao segmento patronal. Segundo eles, isso é mais significativo tendo em vista a insuficiência de terras, as dificuldades creditícias, o menor aporte tecnológico e a fragilidade da assistência técnica, entre outros fatores.

Outra importante conclusão do estudo é que ainda há um espaço considerável para a agregação de valor nos cultivos e criações desenvolvidas pelos agricultores familiares, significando uma participação ainda mais expressiva das cadeias produtivas articuladas com a agricultura familiar.

O reconhecimento da importância econômica da agricultura familiar não esgota, evidentemente, as suas possibilidades enquanto agente fundamental do desenvolvimento do País. A ela devem ser agregados os componentes de valorização social, cultural e tecnológica das populações que vivem e trabalham no campo. O tratamento "setorial" das suas atividades também considera o importante papel do seu caráter pluriativo e multifuncional nos processos de desenvolvimento dos territórios.

Os dados ora revelados confirmam a necessidade de acompanhar de forma diferenciada o comportamento dos indicadores conjunturais e das tendências no longo prazo das cadeias produtivas vinculadas ao campo.

A partir das definições metodológicas que fundamentam os textos aqui publicados, o NEAD/MDA e a Fipe passarão a apurar e a divulgar regularmente a evolução do PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar do Brasil e dos demais Estados.

Esta publicação ilustra, ainda, a importância do diálogo permanente entre a academia, os órgãos públicos e os setores diretamente vinculados para que, por um lado, as políticas públicas, em geral, e, em particular, as de desenvolvimento rural e reforma agrária, possam ser aperfeiçoadas e, por outro, para a necessária qualificação do debate público sobre tais temas.

Boa leitura!

Brasília, setembro de 2005

Caio Galvão de França
Coordenador Geral NEAD/MDA

Vicente Azevedo Marques
Assessor da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa do Estado Rio Grande do Sul

Sumário

O Agronegócio Familiar na Economia Brasileira	7
O PIB do Agronegócio Familiar na Economia Brasileira, 1995 a 2003	7
Desempenho do PIB do Brasil	8
Desempenho dos Agronegócios Familiar e Patronal do Brasil	9
Os Complexos dos Agronegócios Familiar e Patronal do Brasil	11
Componentes dos Complexos Agrícolas Familiar e Patronal do Brasil	12
Componentes dos Complexos Pecuários Familiar e Patronal do Brasil	13
O Setor e a Indústria Agrícolas do Brasil	14
O Setor e a Indústria Pecuários do Brasil	16
Comentários Finais	19
O Agronegócio Familiar na Economia do Rio Grande do Sul	23
O PIB do Agronegócio Familiar na Economia do RS, 1995 a 2003	23
Desempenho do PIB do RS	24
Desempenho dos Agronegócios Familiar e Patronal do RS	28
Complexos dos Agronegócios Familiar e Patronal do RS	29
Componentes dos Complexos Agrícolas Familiar e Patronal do RS	30
Componentes dos Complexos Pecuários Familiar e Patronal do RS	30
Evolução dos Componentes dos Agronegócios Familiar e Patronal do RS	31
O Setor e a Indústria Agrícolas do RS	33
O Setor e a Indústria Pecuários do RS	35
Comentários Finais	38

O Agronegócio Familiar na Economia Brasileira

Quando se fala de agronegócio, parte-se de um conceito restrito, que é a agropecuária, e passa-se a um conceito mais amplo, que tem como centro a atividade agropecuária e envolve toda a sua cadeia produtiva, desde os insumos utilizados no setor produtivo, o setor da agropecuária, a indústria de transformação, até o setor de distribuição e serviços.

Estudos anteriores tratam da importância do agronegócio para a economia brasileira como um todo, porém faltava incluir uma estimativa da importância do agronegócio da agricultura familiar, expressivo segmento do complexo maior da economia do agronegócio.

Sabe-se de sua importância social, seja pela geração de emprego e ocupação, seja pelo perfil dos produtos, basicamente destinados ao consumo alimentar nacional. Desta forma, é fundamental que também se tenha uma idéia de sua importância econômica.

É justamente nesta direção que caminhou o estudo desenvolvido, em conjunto, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - Fipe e o NEAD/MDA, para determinar a importância econômica do agronegócio familiar dentro da economia nacional e que agora é apresentado em seus pontos principais.

Desta forma, este trabalho traz para discussão os resultados da pesquisa, e também deve auxiliar na formulação de políticas públicas voltadas para o segmento familiar da agricultura nacional, considerando que, na parte econômica, o seu agronegócio movimenta em torno de um terço do setor e 10% do Produto Interno Bruto - PIB nacional, isto sem mencionar as suas posições estratégicas e fundamentais na geração de empregos, alimentos, divisas, e na redução de pressões sociais sobre os centros urbanos.

O PIB do Agronegócio Familiar na Economia Brasileira, 1995 a 2003

O agronegócio possui quatro componentes principais: insumos; o próprio setor; processamento; e distribuição e serviços. Neste estudo, o agronegócio foi ainda dividido em quatro subcomplexos, cada um contendo os quatro componentes citados: agricultura familiar; agricultura patronal; pecuária familiar; e pecuária patronal.

A Figura 1 detalha a estrutura do PIB do agronegócio na economia e facilita o entendimento das análises que se seguirão. A disposição seqüencial enfoca a distinção entre o agronegócio familiar e o patronal e direciona de uma forma organizada as análises.

O primeiro bloco de análise corresponde a uma rápida avaliação da importância do agronegócio e de seus dois grandes complexos, ao longo do período que compreende os anos de 1995 a 2003. No segundo, detalha-se a análise anterior, sob a perspectiva do agronegócio familiar e do patronal.

No terceiro, avalia-se a dimensão e a evolução do desempenho familiar e patronal através dos complexos agrícola e pecuário e de seus respectivos componentes. Dos quatro componentes principais, o próprio setor e a indústria são melhor detalhados nos quarto e quinto blocos.

Dentro do complexo agricultura, o estudo do setor agrícola é detalhado, no quarto bloco, para a soja, o milho, o fumo e outras culturas. Ainda dentro da agricultura, a indústria relacionada com esse complexo é subdividida em 11 grupos: Madeira e mobiliário; Celulose, papel e gráfica; Álcool; Indústria têxtil; Artigos do vestuário; Indústria do café; Indústria do fumo; Beneficiamento de produtos vegetais; Fabricação de açúcar; Fabricação de óleos vegetais; e Outros produtos alimentares.

Da mesma forma, o bloco cinco detalha o setor e a indústria, mas com relação ao complexo da pecuária. O setor é então subdividido em cinco grupos: Aves; Bovinos; Leite; Suínos; Outras criações animais. E a indústria, em outros cinco grupos: Fabricação de calçados; Abate de aves; Abate de bovinos; Abate de suínos e outros animais; e Indústria de laticínios.

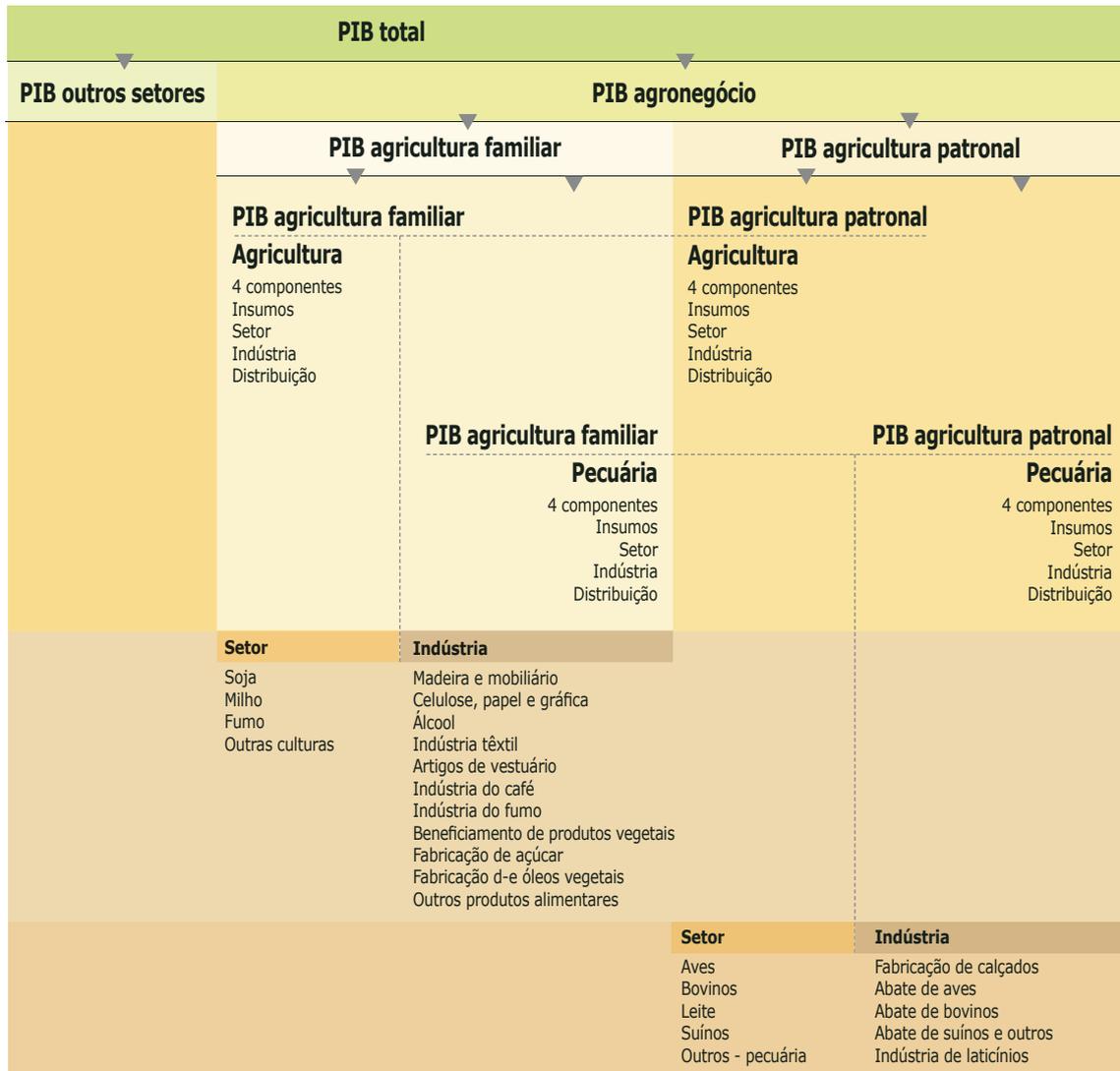
Desempenho do PIB do Brasil

No período de análise, de 1995 a 2003, o PIB do Brasil apresentou crescimento acumulado de quase 16%, chegando a R\$ 1.556 milhões em 2003. (Gráfico 1) Por sua vez, o agronegócio, apesar de apresentar taxas anuais de crescimento baixas, ou mesmo negativas, até 2001, teve boa recuperação, em 2002 e 2003, por conta dos ambientes internacional e nacional favoráveis ao seu crescimento, chegando a um crescimento acumulado de quase 18% ao final da série.

Desta forma, o agronegócio recupera e supera a sua participação no PIB do Brasil, observada no início da série, ou seja, de uma participação de 30,1%, no PIB do Brasil de 1995, passa para 30,6%, em 2003. (Gráfico 2)

O complexo das lavouras no agronegócio, até 2001, apresentou tendência declinante de participação no setor, passando de 71,5%, em 1997, para 67,7%, em 2001. (Gráfico 3) Entre 2001 e 2003, devido ao excelente desempenho no crescimento das lavouras, que, por sua vez, puxou o crescimento do agronegócio como um todo, essa

Figura 1: Disposição seqüencial das análises para o Brasil

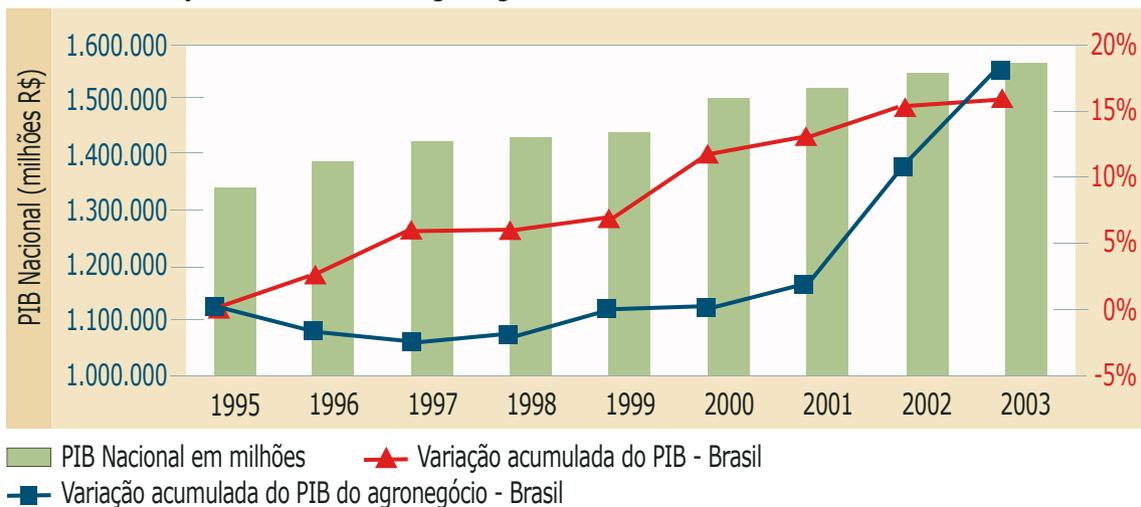
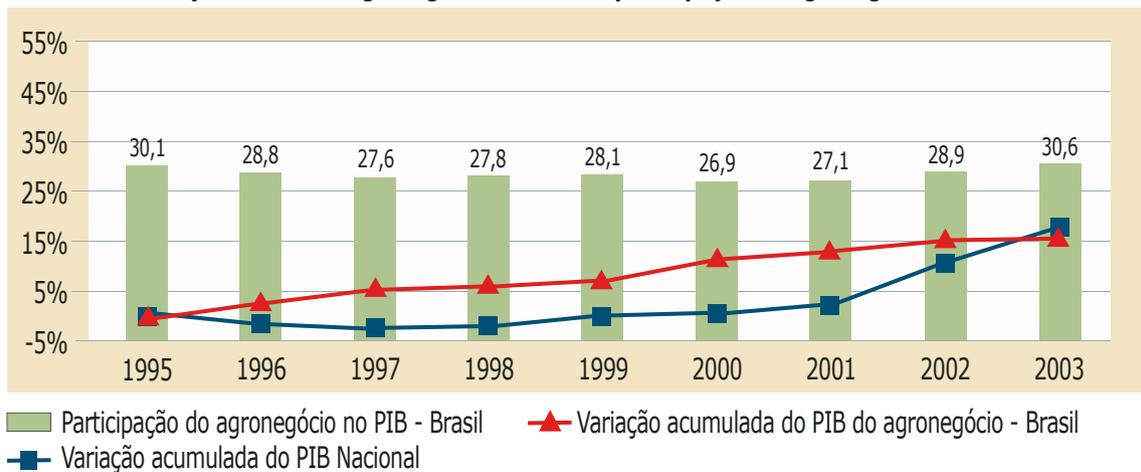
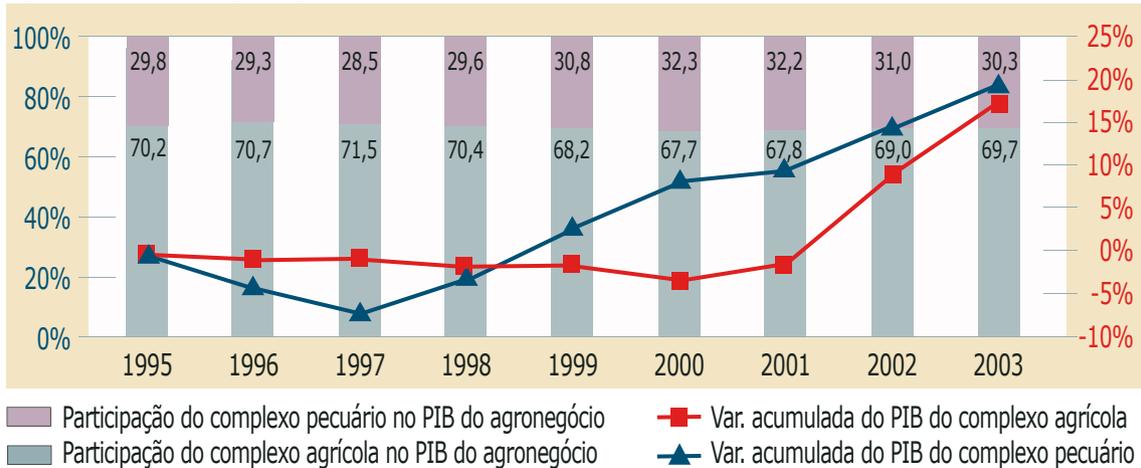


Fonte: dados da pesquisa

participação aumentou para 69%, em 2002, e 69,7%, em 2003, porém sem conseguir ainda recuperar a participação observada no começo da série (70,2% em 1995).

Desempenho dos Agronegócios Familiar e Patronal do Brasil

O segmento familiar da agropecuária brasileira e as cadeias produtivas a ela interligadas responderam, em 2003, por 10,1% do PIB brasileiro (Gráfico 4), o que equivale a R\$ 157 bilhões, em valores daquele ano. Tendo em vista que o conjunto do agronegócio nacional foi responsável, no mesmo ano, por 30,6% do PIB, fica evidente o peso da agricultura familiar na geração de riqueza do País. Concretamente, cerca de um terço do agronegócio brasileiro é tributário da produção agropecuária realizada pelos agricultores

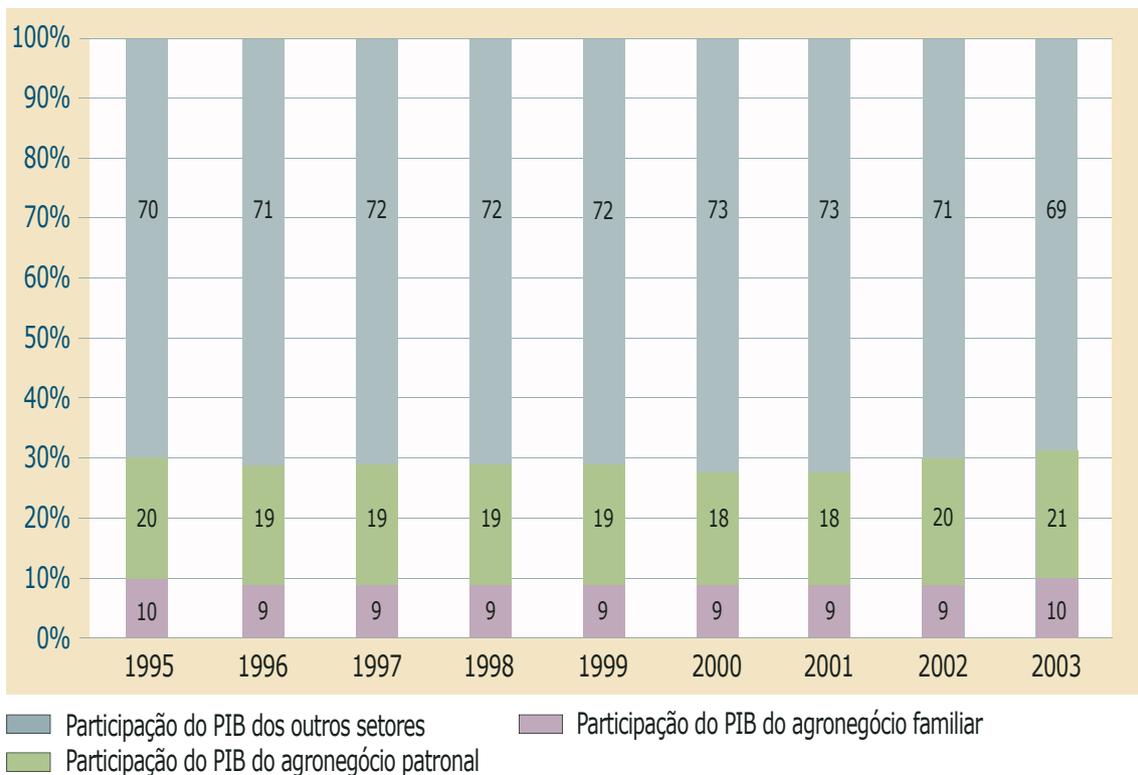
Gráfico 1: Evolução do PIB total e do agronegócio do Brasil**Gráfico 2: Evolução do PIB do agronegócio do Brasil e participação do agronegócio no Brasil****Gráfico 3: Evolução do PIB dos complexos agrícola e pecuário e participação do PIB do agronegócio agrícola dentro do agronegócio do Brasil**

Fonte: dados da pesquisa

familiares, cabendo observar, ademais, que o desempenho recente da agropecuária familiar e do agronegócio a ela articulada vem sendo bastante positivo, superando, inclusive, as taxas de crescimento relativas ao segmento patronal.

No período de 1995 a 2003, quando se abre o agronegócio brasileiro nos quatro complexos que o compõem, patronal pecuário e agrícola, e familiar pecuário e agrícola, observa-se que, apesar das oscilações, as proporções da participação de dois deles caem; um se mantém relativamente constante; e a exceção, com crescimento na participação, é o complexo familiar pecuário (Gráficos 5 e 6). O complexo familiar agrícola diminui a sua participação de 21,2%, em 1995, para 20,6%, em 2003. O complexo patronal agrícola fica ao redor dos 49%. E o complexo patronal pecuário aumenta a sua participação de 11%, em 1995, para 12,3%, em 2003.

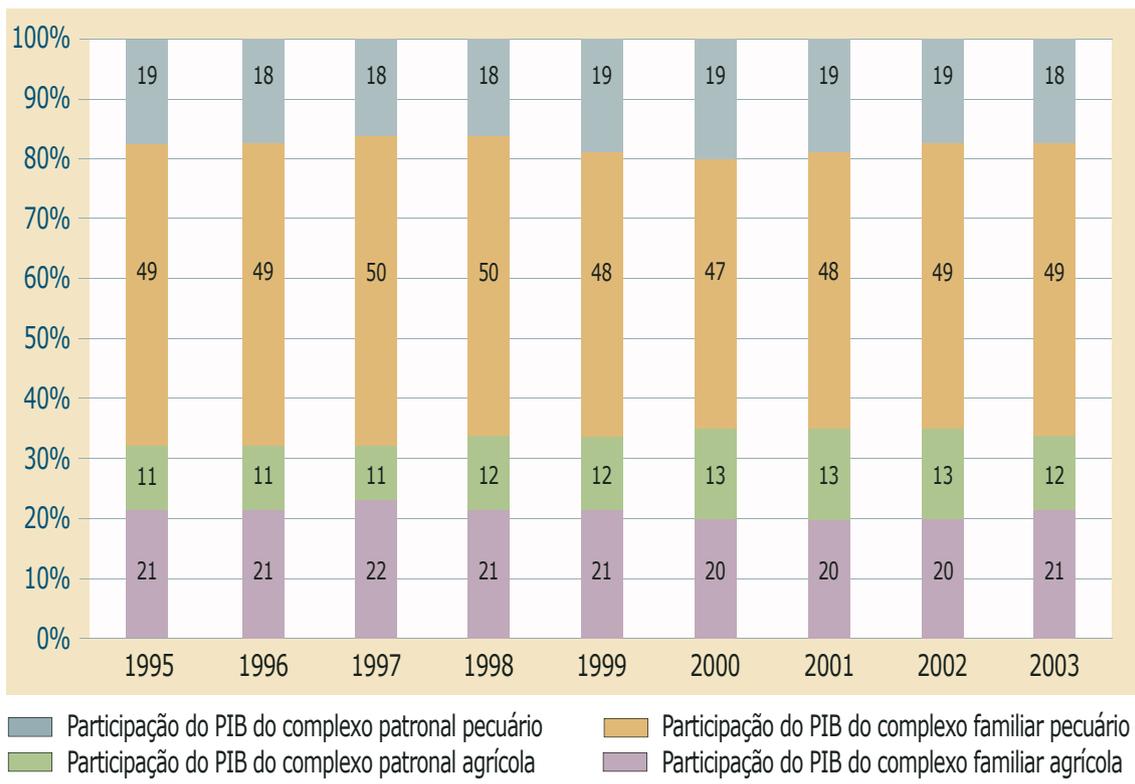
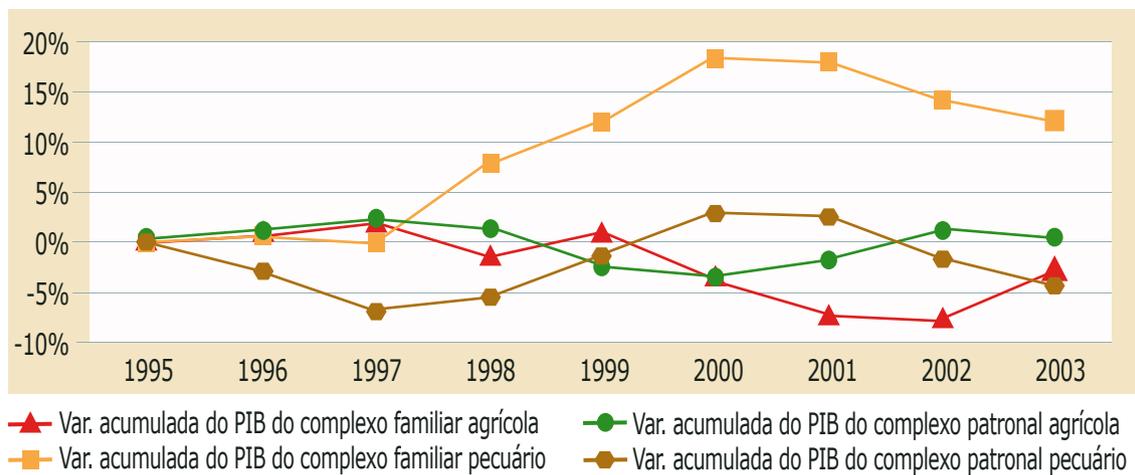
Gráfico 4: Participação do PIB dos agronegócios familiar e patronal no PIB do Brasil



Fonte: dados da pesquisa

Os Complexos dos Agronegócios Familiar e Patronal do Brasil

O PIB do agronegócio resulta da agregação do PIB do complexo agrícola com o PIB do complexo pecuário, sendo que cada um é formado por quatro componentes principais — insumo, setor, indústria e distribuição. A seguir, é apresentada a evolução da participação dos componentes do PIB em cada complexo, com ênfase na separação entre o que é de origem familiar e de origem patronal, para o Brasil como um todo.

Gráfico 5: Participações do PIB dos complexos agropecuários familiar e patronal no PIB do Brasil**Gráfico 6: Variações anuais acumuladas do PIB dos complexos agropecuários familiar e patronal do Brasil**

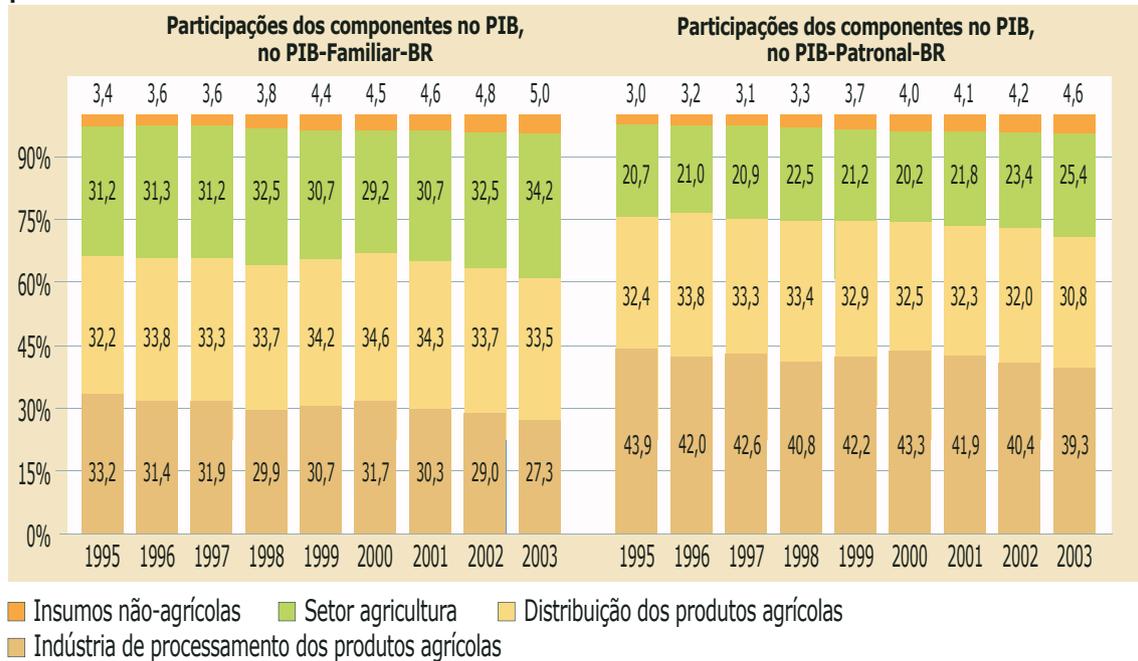
Fonte: dados da pesquisa

Componentes dos Complexos Agrícolas Familiar e Patronal do Brasil

No Brasil, as quantias percentuais relacionadas com cada um dos quatro componentes do agronegócio familiar agrícola são diferentes daquelas referentes ao agronegócio patronal. Além disso, no decorrer dos anos, percebem-se mudanças na composição do

agronegócio da agricultura familiar e da patronal. (Gráfico 7) Em geral, para os segmentos familiar e patronal, observa-se um aumento da participação dos insumos e do setor agrícola; uma queda na participação da indústria de transformação; e um aumento na participação do setor de distribuição, no caso da agricultura familiar, e uma queda na patronal.

Gráfico 7: Participação dos quatro componentes que formam o agronegócio das agriculturas familiar e patronal do Brasil



Fonte: dados da pesquisa

Em sua composição, a indústria tem um peso muito maior no agronegócio da agricultura patronal (39,3% em 2003) do que no agronegócio da agricultura familiar (27,3% em 2003). Essa é uma indicação de que boa parte da produção familiar não passa por um processo de transformação, reduzindo a agregação de valor dentro da cadeia produtiva. E é confirmada pela participação do setor agrícola no agronegócio, que foi de 34,2%, em 2003, para o agronegócio da agricultura familiar, e de 25,4%, para o agronegócio da agricultura patronal.

Componentes dos Complexos Pecuários Familiar e Patronal do Brasil

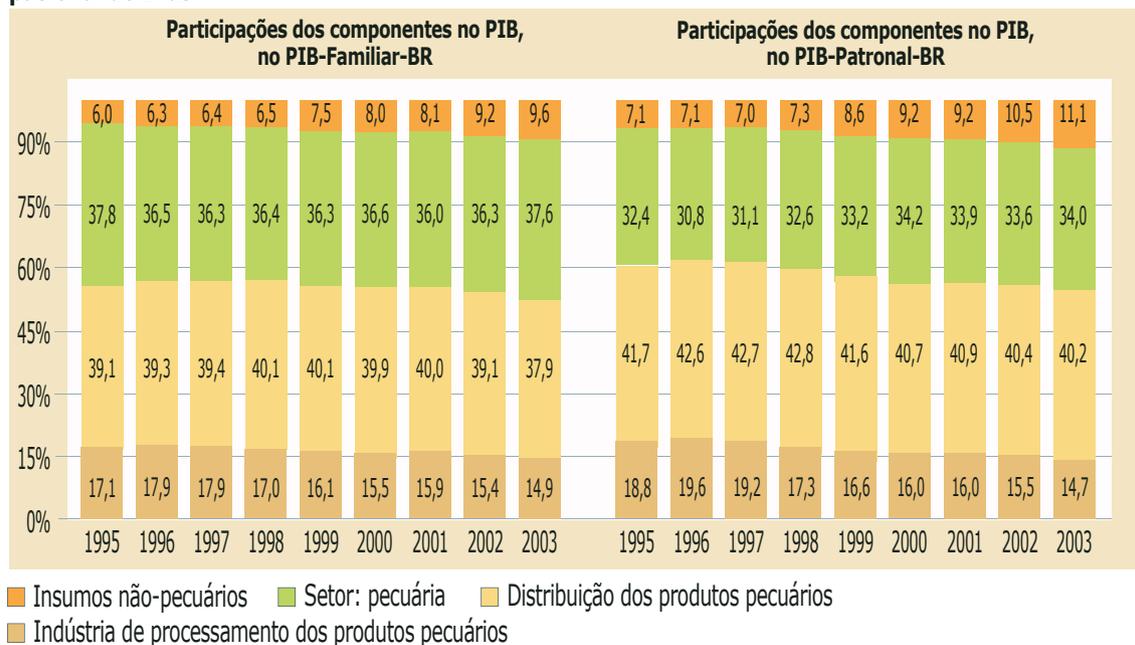
Diferentemente do complexo agrícola, as quantias percentuais, relacionadas com cada um dos quatro componentes do agronegócio familiar pecuário, são bem próximas daquelas referentes ao agronegócio patronal. (Gráfico 8) A maior participação no complexo pecuário fica por conta do setor de distribuição, com aproximadamente 38% do agronegócio da pecuária familiar e 40% do agronegócio da pecuária patronal. Nota-se a

baixa participação do setor de transformação, ao redor de 15% tanto no complexo patronal como no familiar. No caso de insumos, tem-se uma participação maior no caso patronal (11,1%, em 2003) do que no familiar (9,6%, em 2003). No caso do setor primário da pecuária, a participação no complexo familiar é um pouco maior (37,6%, em 2003) do que no patronal (34,0%, em 2003).

O Setor e a Indústria Agrícolas do Brasil

Os Gráficos 9 e 10 detalham o PIB do componente Setor Agrícola, demonstrando a participação das culturas de soja, milho, fumo e das outras culturas. Constatase que os percentuais do PIB gerado pela soja são maiores na agricultura patronal (13,5%, em 2003) do que na familiar (11,7% em 2003). No caso de outras culturas, referentes à agricultura patronal, os valores estão entre quatro e cinco pontos percentuais maiores, devido à diferença ocasionada pela menor produção percentual de milho (cerca de 2 pontos percentuais, em 2003) e irrelevância, também percentual, da fomicultura nas propriedades patronais.

Gráfico 8: Participação dos quatro componentes que formam o agronegócio da pecuária familiar e patronal do Brasil



Fonte: dados da pesquisa

A produção de fumo corresponde a 4% do PIB médio do setor agrícola familiar e 1,5% quando considerado o PIB total do complexo agrícola. Através das linhas (Gráficos 9 e 10), são expostas as variações acumuladas do PIB das culturas de soja, milho, fumo e outras culturas. Nesses gráficos, as variações devem ser interpretadas pelo eixo da direita.

Gráfico 9: Participação de algumas culturas que formam o setor da agricultura familiar no Brasil e as respectivas variações acumuladas do PIB

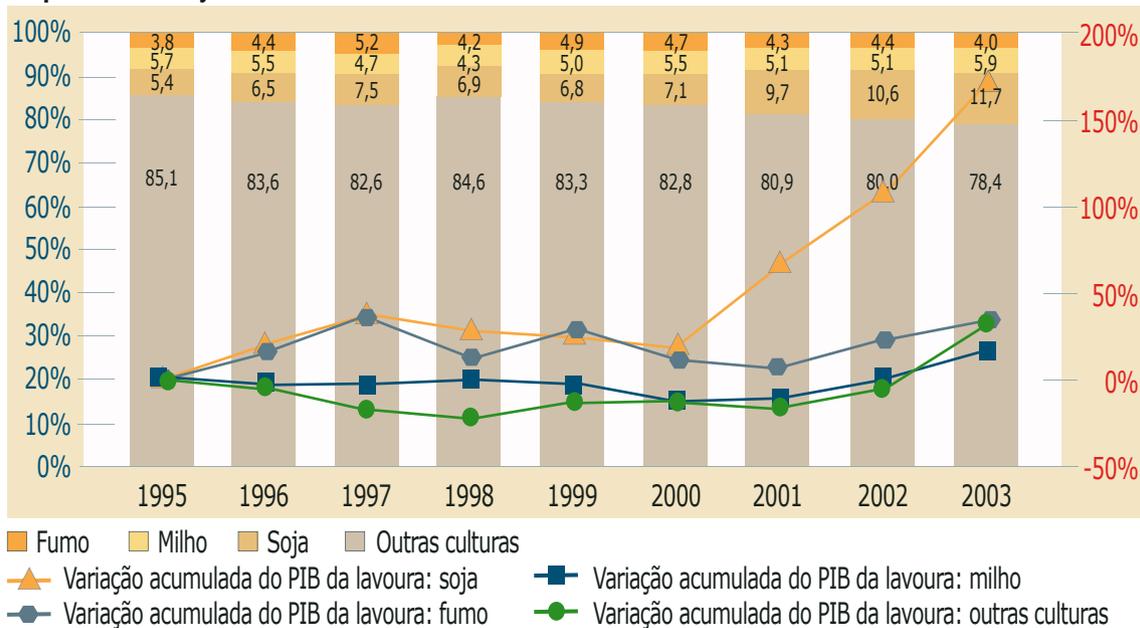
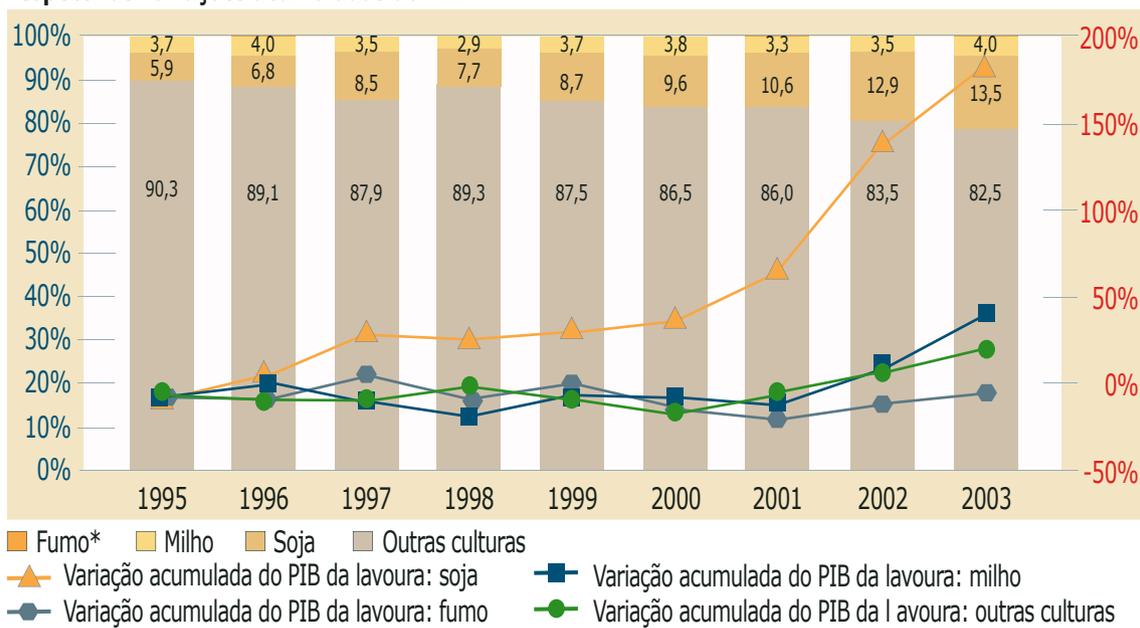


Gráfico 10: Participação de algumas culturas que formam o setor da agricultura patronal no Brasil e as respectivas variações acumuladas do PIB



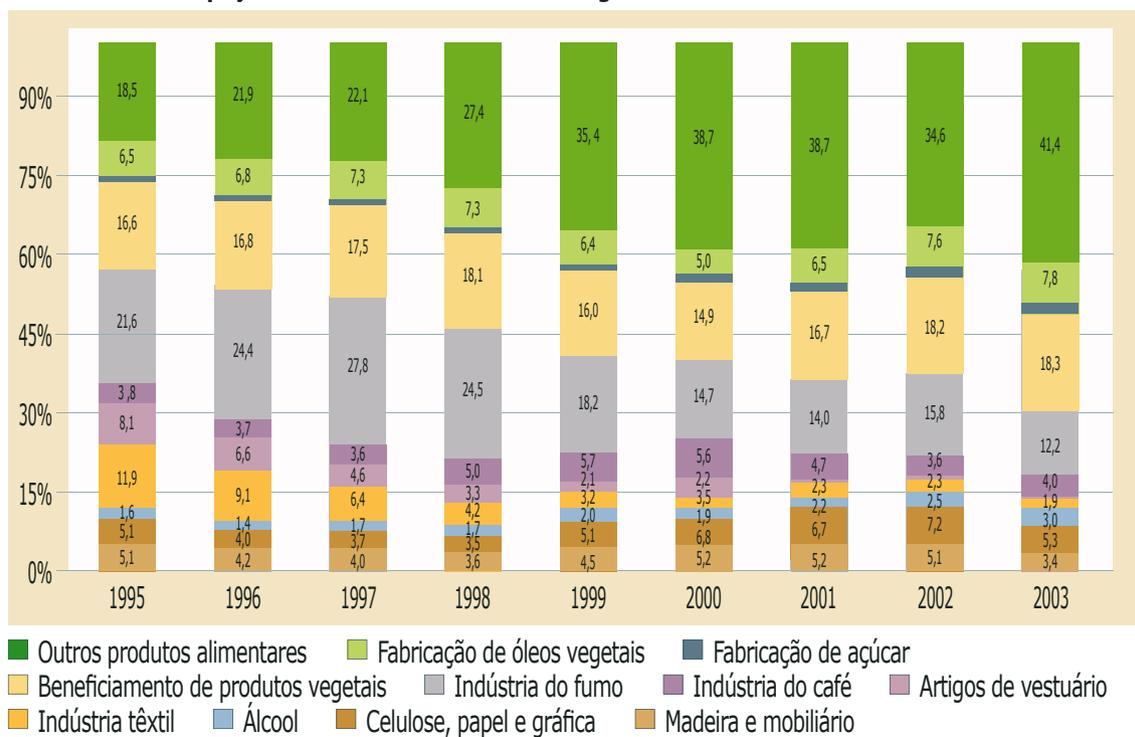
* O fumo não aparece no gráfico de colunas em função de sua baixa participação (0,1%).

Fonte: dados da pesquisa

Comparando os dois tipos de agricultura (familiar e patronal) nota-se que as variações do PIB das culturas, com exceção do fumo, são parecidas. A cultura da soja é a que apresenta o maior crescimento nos períodos analisados, tanto para a agricultura familiar (172%) quanto para a patronal (231%).

As mudanças decorrentes, ocorridas na indústria de processamento da produção agrícola familiar, nos anos de 1995 a 2003, podem ser avaliadas pelo Gráfico 11.

Gráfico 11: Participação das indústrias vinculadas à agricultura familiar do Brasil



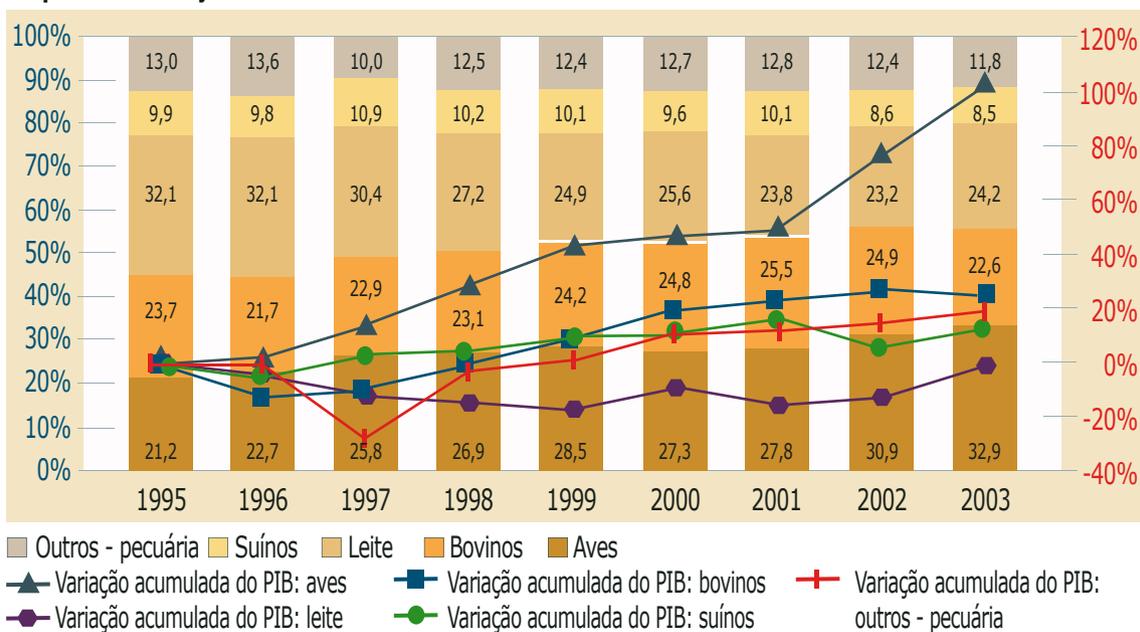
Fonte: dados da pesquisa

Nos setores industriais ligados à produção vegetal, sobressaem-se, no segmento patronal, os de reflorestamento, da cana-de-açúcar, e da soja. Por outro lado, no agronegócio ligado aos agricultores familiares, o grande grupo dos outros produtos alimentares abrangeu, em 2003, mais de 40% do PIB total da indústria das lavouras do segmento familiar. O fato parece ser indicativo da maior diversificação produtiva dos agricultores familiares. Há, contudo, que sublinhar a importância das indústrias do fumo e, em menor grau, de fabricação de óleos vegetais e de beneficiamento de produtos vegetais, no caso do segmento familiar. No patronal, destacam-se, também, a produção de álcool, a fabricação de açúcar e a cadeia de têxtil-vestuário.

O Setor e a Indústria Pecuária do Brasil

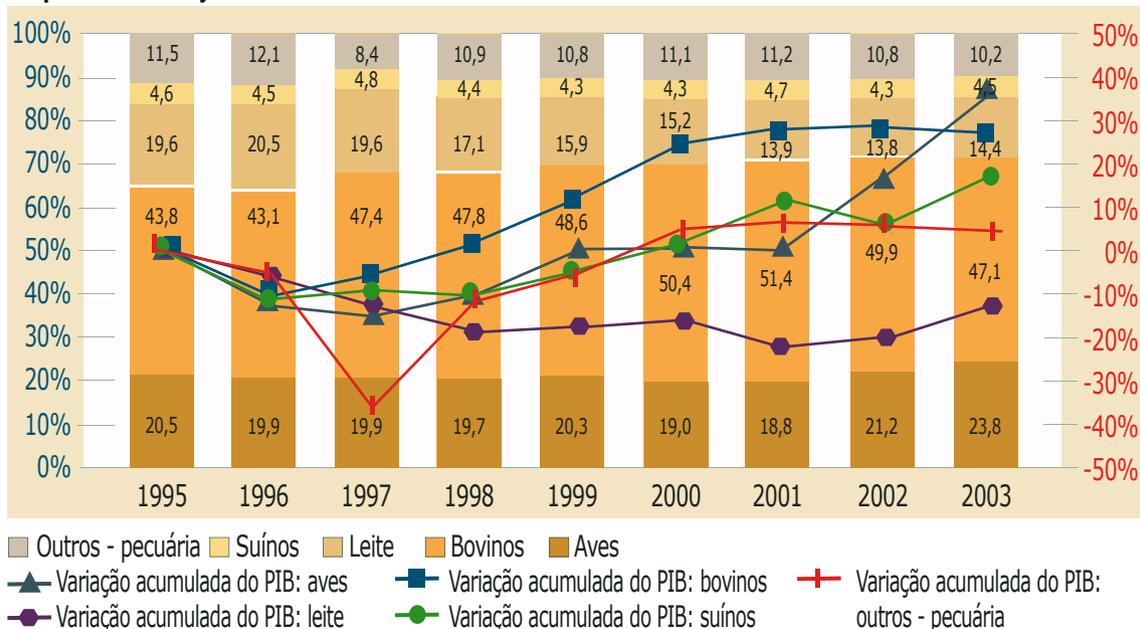
Os Gráficos 12 e 13 apresentam a participação do PIB das criações no setor pecuário, relativas ao agronegócio familiar e ao patronal. Observa-se que as parcelas percentuais determinadas para cada tipo de criação são diferentes. A criação de aves é responsável pela maior parcela do PIB do agronegócio pecuário familiar (33%, em 2003), seguida pela produção de leite (24,2%, em 2003), e criação de bovinos (22,6%, em 2003).

Gráfico 12: Participação das criações que formam o setor da pecuária familiar no Brasil e as respectivas variações acumuladas do PIB



Fonte: dados da pesquisa

Gráfico 13: Participação das criações que formam o setor da pecuária patronal no Brasil e as respectivas variações acumuladas do PIB



Fonte: dados da pesquisa

No agronegócio patronal, a bovinocultura de corte assume a maior parcela de representatividade, 47,1%, em 2003. A importância dos setores leiteiro, de aves e de suínos é bem menor quando comparada à do universo familiar. A maior variação acumulada do

Gráfico 14: Participação das indústrias que formam o setor da pecuária familiar no Brasil e as respectivas variações acumuladas do PIB

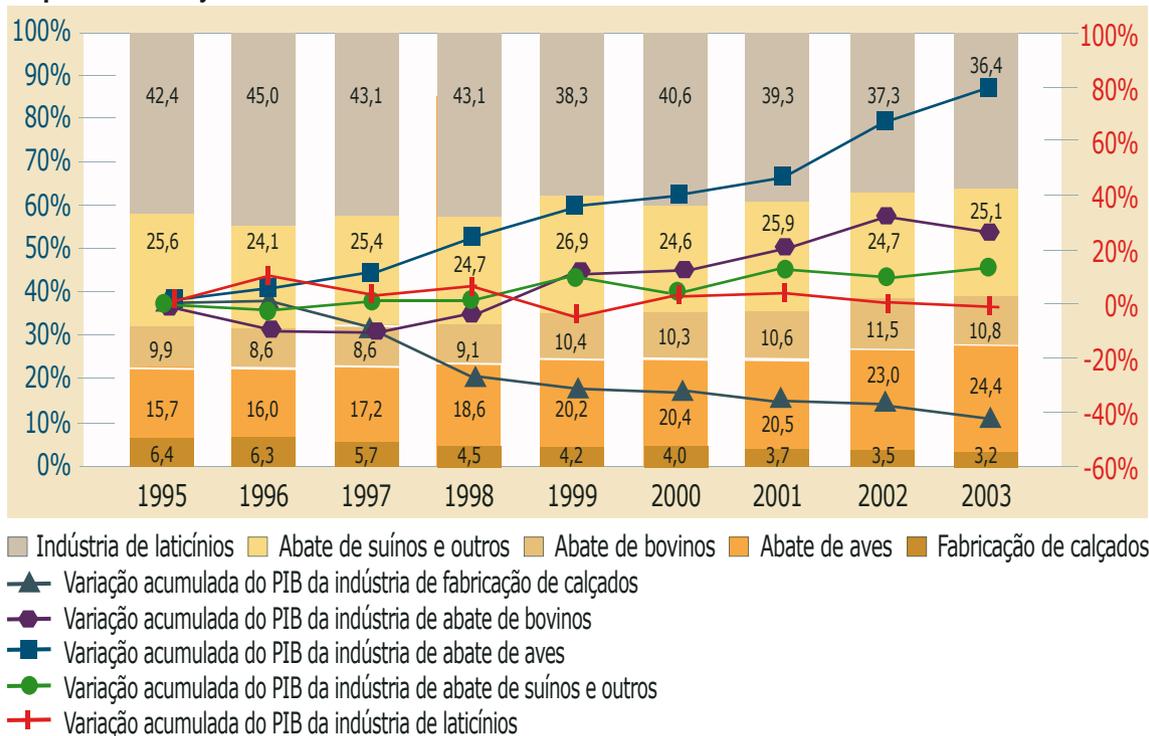
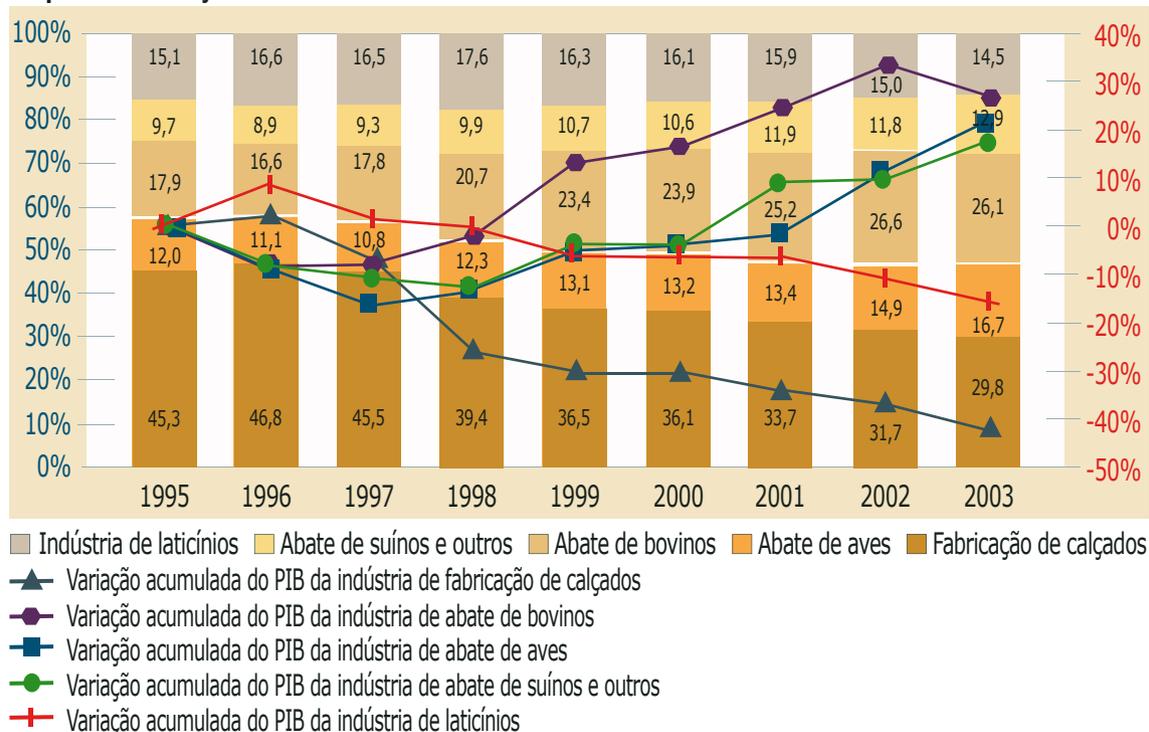


Gráfico 15: Participação das indústrias que formam o setor da pecuária patronal no Brasil e as respectivas variações acumuladas do PIB



Fonte: dados da pesquisa

PIB do setor pecuário, tanto para o agronegócio familiar como para o patronal, corresponde ao desenvolvimento da produção de aves.

Na indústria pecuária, no segmento patronal, dominam as relacionadas à pecuária, ou seja, o abate de bovinos e a fabricação de calçados. (Gráficos 14 e 15) O abate de aves, a indústria de laticínios, o abate de suínos são ramos industriais que exibem participação expressiva na composição da indústria pecuária ligada ao segmento familiar e que se reflete no predomínio desse segmento no conjunto dessas indústrias.

Comentários Finais

O segmento familiar da agropecuária brasileira e as cadeias produtivas a ela interligadas responderam, em 2003, por 10,1% do PIB brasileiro, o que equivale a R\$ 157 bilhões, em valores daquele ano. Tendo em vista que o conjunto do agronegócio nacional foi responsável, nesse ano, por 30,6% do PIB, fica evidente o peso da agricultura familiar na geração de riqueza no País. Concretamente, cerca de um terço do agronegócio brasileiro é tributário da produção agropecuária realizada pelos agricultores familiares, cabendo observar, ademais, que o desempenho recente da agropecuária familiar e do agronegócio a ela articulada vem sendo bastante positivo, superando, inclusive, as taxas de crescimento relativas ao segmento patronal.

Entre 2001 e 2003, período em que a agropecuária brasileira apresentou elevadas taxas de crescimento, o segmento familiar do agronegócio cresceu 16,8% em relação aos 15,3% do setor patronal. No que se refere à produção primária, ou seja, ao comportamento da agropecuária *stricto sensu* não se observaram diferenças, tendo a agropecuária nacional aumentado em 26,4% seu valor agregado, entre 2001 e 2003. Esse desempenho extraordinário deve-se ao comportamento das lavouras e, em menor medida, à pecuária familiar. O valor adicionado do segmento das lavouras passou de R\$ 68 bilhões, em 2001, para R\$ 93 bilhões, em 2003.

Considerando todo o período de 1995 a 2003, observa-se que não ocorreram alterações na participação das cadeias produtivas da agropecuária familiar no PIB do agronegócio nacional, que é ao redor de um terço. Efetivamente, durante todo o período, a participação do segmento familiar variou entre 32,2% e 33,6%, tendo crescido 0,7 pontos percentuais entre 1995 e 2003. Esse incremento foi devido ao comportamento das cadeias produtivas da pecuária, nas quais o segmento familiar aumentou sua participação em 3,8 pontos percentuais no período e passou a responder, em 2003, por 40,6% do agronegócio ligado à produção animal.

O agronegócio associado ao segmento familiar apresentou desempenhos inferiores ao patronal, nos anos de 2000, 2001 e 2002, tendo tido, nos demais anos, performances melhores. Na segunda metade da década de 1990, o agronegócio apresentou

taxas de crescimento baixas, quando não negativas, com o PIB tendo aumentado, entre 1995 e 2000, somente 0,1%. Esse desempenho deveu-se, particularmente, ao comportamento das lavouras e de sua agroindústria, bem como ao segmento industrial da pecuária patronal.

Vale notar que, nesse período, a pecuária familiar e as cadeias produtivas a ela relacionadas aumentaram de maneira expressiva seu valor adicionado. Assim, a cadeia da produção animal dos agricultores familiares (insumos, setor, indústria e distribuição) cresceu 3,4% ao ano, no período de 1995 a 2000. Esse bom desempenho continuou nos primeiros anos da atual década, pois, entre 2000 e 2003, o agronegócio pecuário familiar aumentou seu valor adicionado em 3,8% ao ano.

Já no que se refere ao segmento patronal, o que sobressaiu foi o comportamento da produção vegetal, cujo valor adicionado aumentou em 1,5 vezes, entre 1995 e 2003, ou seja, a uma taxa de crescimento anual de 4,8%. Todavia, esse comportamento não se refletiu integralmente no conjunto das cadeias produtivas ligadas à produção vegetal do segmento patronal, uma vez que, nesse caso, a taxa de crescimento anual foi de 2,1%. O fato parece mostrar que o crescimento das lavouras não tem se espreado para os setores industriais e de serviços a ela articulados. Situação diversa do que se observa no caso da produção animal desenvolvida pelos agricultores familiares, em que se assiste a uma dispersão menor das taxas de crescimento anual dos diversos setores produtivos – insumos, pecuária em si, indústria e distribuição.

Como resultado do desempenho do agronegócio familiar descrito, observou-se, de um lado, um aumento da importância das atividades ligadas à produção animal no agronegócio familiar, cuja participação passou de 34,1%, em 1995, para 37,4%, em 2003. De outro lado, assistiu-se a uma diminuição na diferença entre o PIB do setor primário e o PIB do agronegócio, ou seja, houve um aumento do valor adicionado na produção agropecuária *stricto sensu* que não se fez acompanhar dos valores adicionados nos setores industriais e de serviços a montante e a jusante. Efetivamente, enquanto, em 1995, o PIB do agronegócio era 3,7 vezes o PIB da agropecuária, em 2003, esse fator caiu para 3,3.

Vale sublinhar que essa diminuição foi maior no caso das lavouras do segmento patronal e de pouca envergadura para a produção animal do segmento familiar. Isso parece apontar que o crescimento do agronegócio nos últimos anos teve por base o incremento da atividade primária das lavouras, sem ocorrer o espraiamento na indústria de transformação, pois, nos setores de insumos e de distribuição, as taxas de crescimento nos valores adicionados foram, respectivamente, superiores ou semelhantes às observadas para a produção primária. No caso dos insumos, verificam-se aumentos expressivos tanto para as lavouras como para a pecuária, especialmente após 1999, o que parece refletir as alterações na política cambial.

Ainda que tenha ocorrido uma aproximação dos fatores de multiplicação do PIB da agropecuária ao do PIB do agronegócio, entre os segmentos familiar e patronal, é evidente, ainda, que as produções desenvolvidas pelos agricultores patronais apresentam relações mais estreitas com os setores industriais e de serviços. Ou seja, há ainda espaço para a agregação de valor nos cultivos e criações desenvolvidas pelos agricultores familiares, significando uma participação ainda mais expressiva das cadeias produtivas articuladas à agricultura familiar.

Esse cenário se faz evidente pelo fato de que, no segmento patronal, a participação da indústria de base agropecuária é da ordem de um terço, enquanto no agronegócio familiar foi de 22,7%, em 2003. No que concerne às participações dos setores de insumos e de distribuição, as diferenças são pouco expressivas. Esse descompasso, como já foi apontado, inexistiu no caso da produção animal, em que o segmento industrial respondeu, em 2003, por 14,9% e 14,7% dos PIBs familiar e patronal, respectivamente. Outra particularidade da cadeia da produção animal é a maior participação no PIB do setor de insumos, que, em 2003, foi responsável por 10,5% do PIB do agronegócio pecuário, enquanto que, nas lavouras, essa participação foi de 4,7%.

A estrutura de composição do PIB dos agronegócios familiar e patronal e sua evolução recente, discriminadas pelos cultivos e sub-setores industriais, chama a atenção o crescimento vertiginoso da soja, tanto no segmento familiar como no patronal. Em termos de pecuária, nota-se uma concentração na bovinocultura de corte, nos patronais, e uma maior diversificação, nos familiares, setores em que se destaca a avicultura e a produção leiteira.

As estimativas do PIB do agronegócio familiar e sua evolução nos últimos oito anos (1995 a 2003) mostram, claramente, que os pequenos agricultores ou os agricultores familiares respondem por parcela expressiva da riqueza nacional, ainda mais tendo em vista a insuficiência de terras, as dificuldades creditícias, o menor aporte tecnológico, a fragilidade da assistência técnica e a subutilização da mão-de-obra.

Essa relativa punjança decorre, de um lado, da existência de parcelas importantes do segmento familiar que se encontram integradas aos setores agroindustriais e da distribuição e, de outro, à utilização plena de suas terras. Cabe destacar o quão importante são esses agricultores nas atividades da pecuária de pequeno porte – altamente articulada com os setores industriais, na fuminicultura e no beneficiamento de produtos alimentares.

Há, por fim, muito espaço para o crescimento do agronegócio familiar, tendo em conta que a amplificação da atividade primária de caráter familiar em direção ao agronegócio é de menor envergadura do que no segmento patronal, isto é, no caso do Brasil, o PIB da agricultura familiar é multiplicado por 2,8, em 2003. Para se ter o agronegócio, esse fator é de 3,6 para o patronal e já foi da ordem de 4,0, nesse segmento, em meados dos anos 1990.

O Agronegócio Familiar na Economia do Rio Grande do Sul

O acompanhamento das evoluções conjunturais e das tendências de longo prazo do agronegócio é fundamental para os setores público e privado. Na economia globalizada de hoje, a sobrevivência na agricultura e no agronegócio como um todo depende da informação de boa qualidade, atualizada e ágil, e que seja produzida com metodologia cientificamente comprovada. Medidas de correção de rumo podem ser sugeridas e tomadas em tempo oportuno, de modo a prevenir desvios indesejáveis na produção, no emprego, e no desempenho comercial. Por isso, o desenvolvimento do agronegócio depende do acompanhamento da produção, avaliando os itens que detêm maiores destaques.

No caso do Rio Grande do Sul (RS), a agricultura familiar é um segmento de extrema importância, não só para a economia do agronegócio, mas para própria economia do Estado. Sua importância social, seja pela geração de emprego e ocupação, seja pelo perfil dos produtos, é bastante notória, especialmente para um Estado cuja maioria das propriedades rurais é administrada por ambientes familiares. Além disso, a própria caracterização socioeconômica do Estado é bastante associada à produção rural. Nesse contexto, é fundamental que detecte a importância do agronegócio familiar, utilizando um método quantitativo adequado que possa delinear a evolução da produção familiar.

Assim, a metodologia para o cálculo do PIB do agronegócio familiar, baseada na mesma técnica empregada no cálculo do agronegócio em geral, apresenta-se como uma forma de dimensionar e avaliar o agronegócio familiar no Estado do Rio Grande do Sul.

O PIB do Agronegócio Familiar na Economia do RS, 1995 a 2003

Tendo em vista o arcabouço teórico apresentado anteriormente, as análises vinculadas ao PIB podem ser desenvolvidas em diversos níveis de desagregação. Isso porque o agronegócio foi definido e estimado para dois grandes complexos: a agricultura e a pecuária, sendo que cada complexo pode ser dividido em quatro componentes principais: Insumos; O próprio setor; Processamento; e Distribuição e serviços.

Além da possibilidade de se avaliar cada um dos quatro componentes dentro de cada um dos dois complexos, outra subdivisão relacionada com o objetivo principal da pesquisa - a distinção entre o agronegócio familiar e o patronal - torna possível multiplicar ainda mais as formas de desagregação das análises.

Dada a grande quantidade de combinação das análises, optou-se por desenvolvê-las através do fluxo apresentado na Figura 2. Cada bloco, na figura, corresponde às próximas seções. A disposição seqüencial visa, dessa forma, enfatizar a distinção entre o agronegócio familiar e o patronal. Busca-se efetivar a comparação entre as duas categorias usando as ramificações subseqüentemente posicionadas

Na Figura 2, o primeiro bloco de análise corresponde a uma rápida avaliação da importância do agronegócio e de seus dois grandes complexos, ao longo dos anos de 1995 a 2003. Embora esta seção esteja primordialmente relacionada com o Estado do Rio Grande do Sul, em algumas análises, os dados desse Estado serão comparados com os valores do PIB nacional.

O segundo bloco aumenta o grau de detalhamento da análise anterior, ao considerar a perspectiva do agronegócio familiar e do patronal. No terceiro bloco, avalia-se a dimensão e a evolução do desempenho familiar e patronal através dos complexos agrícola e pecuário e de seus componentes correspondentes. Dentre os quatro componentes principais, o próprio setor e a indústria são detalhados com maior rigor na quarta e quinta etapas.

No bloco quatro, dentro do complexo agricultura, o estudo do setor agrícola é detalhado para as culturas de soja, milho, fumo e outras culturas. Ainda dentro da agricultura, a indústria relacionada com esse complexo é subdividida em oito grupos: Madeira e mobiliário; Celulose, papel e gráfica; Indústria têxtil; Artigos do vestuário; Indústria do fumo; Beneficiamento de produtos vegetais; Fabricação de óleos vegetais; e Outros produtos alimentares.

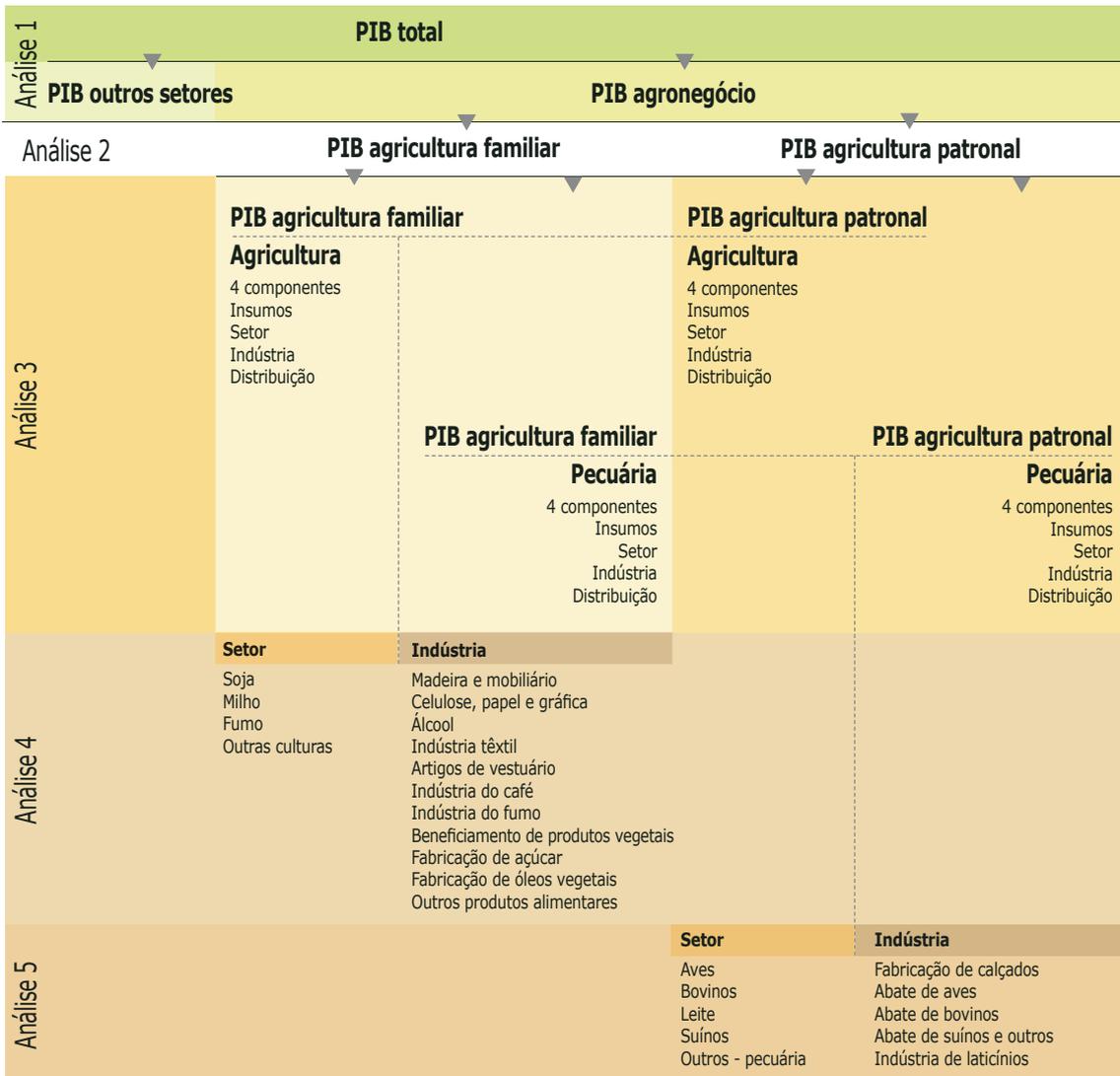
Indústrias relacionadas ao beneficiamento de álcool, açúcar, e café não foram consideradas para a análise do Estado, dada a pequena expressão econômica que esses complexos agroindustriais possuem.

Da mesma forma que no bloco quatro, o bloco cinco detalha o setor e a indústria, mas com relação ao complexo da pecuária. O setor pecuário é então subdividido em cinco grupos: Aves; Bovinos; Leite; Suínos; Outras criações animais. A indústria é subdividida em outros cinco grupos: Fabricação de calçados; Abate de aves; Abate de bovinos; Abate de suínos e outros animais; e Indústria de laticínios

Desempenho do PIB do RS

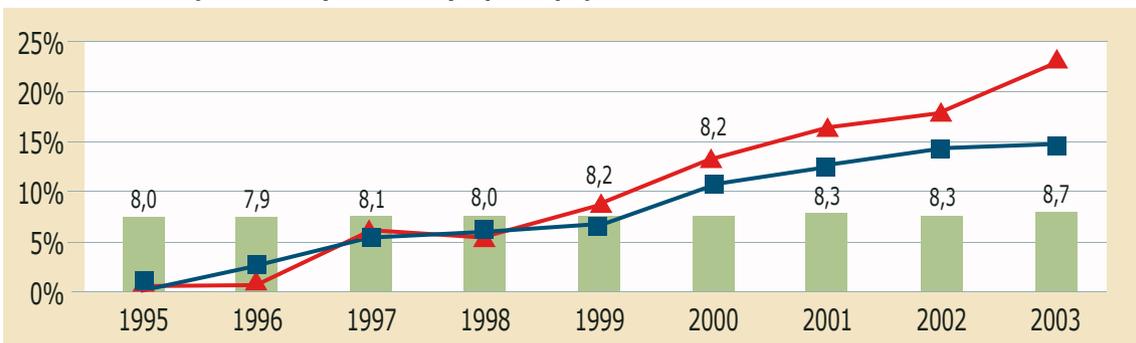
O Estado possui 6% da população brasileira, segundo dados do censo demográfico. Entretanto, em termos produtivos, a participação média do PIB do RS no contexto

Figura 2: Disposição seqüencial das análises para o Rio Grande do Sul



Fonte: dados da pesquisa

Gráfico 16: Evolução do PIB (RS e Brasil) e participação do RS no PIB nacional



■ Participação do PIB-RS no PIB Nacional ▲ Varição acumulada PIB-RS
 ■ Varição acumulada PIB-Brasil

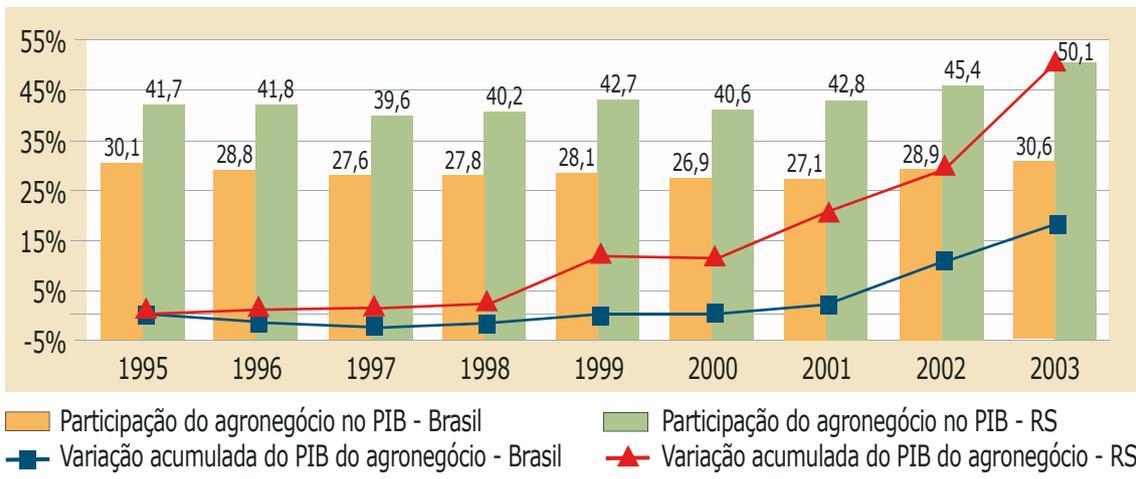
Fonte: dados da pesquisa

nacional foi de 8,2%, nos anos de 1995 a 2003. Pelo Gráfico 16 é possível notar que o percentual da participação do PIB do RS, transformado em valores reais, esteve sempre na faixa de 8%, no período analisado. Mas é necessário destacar que, a partir de 1998, foram observados acréscimos consecutivos, aumentando a participação do Estado na economia nacional.

O aumento de 0,7%, na participação do Estado no PIB nacional, registrado nos anos de 1995 a 2003, deve-se ao maior crescimento da economia do RS do que ao do Brasil. As linhas do Gráfico 16 demonstram a variação anual acumulada a partir de 1995 ¹. No período, o PIB nacional cresceu 15,9%, enquanto que, para o RS, o aumento foi de 25,1%. A partir de 1998, os aumentos consecutivos do PIB gaúcho em valores reais refletiram a evolução econômica do Estado. A média da variação real anual do PIB do RS foi de 3,4% contra 1,8% do PIB nacional.

Os fatos determinantes do crescimento do PIB do RS, acima do crescimento do PIB nacional, estão associados principalmente ao desempenho positivo do agronegócio. Pela

Gráfico 17: Evolução do PIB do agronegócio (RS e Brasil) e participação do agronegócio no RS e no Brasil



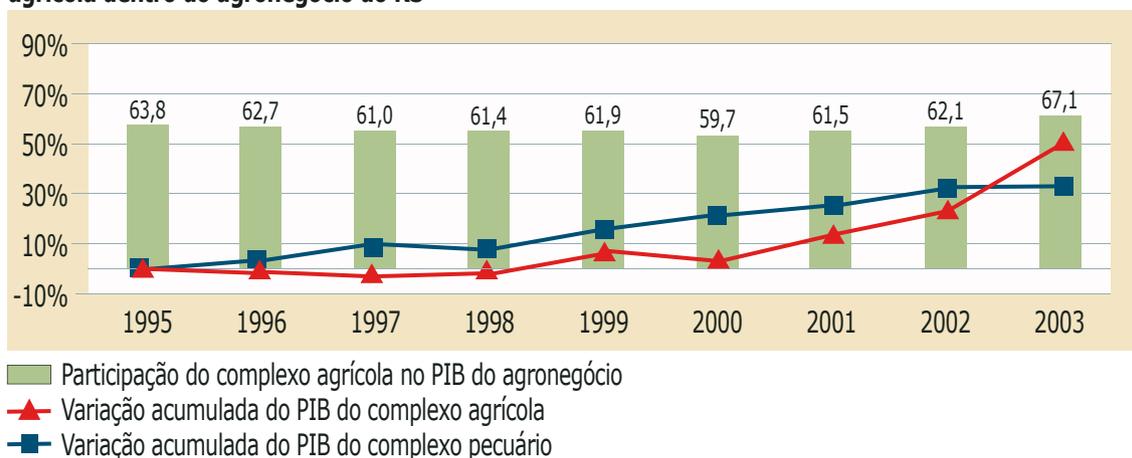
Fonte: dados da pesquisa

observação das linhas apresentadas no Gráfico 17, é possível verificar que o crescimento do PIB do agronegócio no RS foi grande, acumulando uma alta de 50,2% no período de 1995 a 2003. No mesmo gráfico, as colunas demonstram a participação do agronegócio no PIB do RS e do Brasil. No caso do RS, a importância do agronegócio para a economia gaúcha parte de 41,7%, em 1995, e atinge o patamar de 50,1%, em 2003. O aumento do PIB do agronegócio, associado à sua maior participação na economia do RS, indica que os complexos agropecuários cresceram mais do que os outros setores da economia do Estado, especialmente nos anos de 2000 a 2003.

1. Nesta seção, todas as análises que utilizam a variação anual acumulada terão o ano de 1995 definido como ano-base.

Ainda mostra o Gráfico 17 que o percentual acumulado do agronegócio nacional foi de 16,2% e que as variações se tornaram representativamente positivas após a liberalização cambial. Mas, esse aumento não foi muito diferente do crescimento da economia como um todo (15,9%, mencionado anteriormente), no mesmo período. Por isso, a participação do agronegócio no PIB brasileiro foi pouco alterada. Apenas no ano de 2003 (30,6%) houve superação do percentual de participação inicial de 30,1% (1995). Dando continuidade à análise relativa ao PIB do agronegócio do RS, verifica-se pelo Gráfico 18 que, dentre os dois grandes complexos que formam o agronegócio, tanto o PIB do complexo agrícola quanto o pecuário aumentaram nos nove anos estudados. Apresentando uma tendência mais uniforme, a variação acumulada do PIB do agronegócio da pecuária atingiu 35,2%, enquanto que o PIB do agronegócio agrícola foi bastante favorecido nos anos após a flexibilização cambial e conseqüente desvalorização do real ².

Gráfico 18: Evolução do PIB do complexo agrícola e pecuário e participação do PIB do agronegócio agrícola dentro do agronegócio do RS



Fonte: dados da pesquisa

Entre os anos de 1995 a 2003, o percentual de crescimento acumulado do PIB do agronegócio agrícola foi de 58%, mas, considerando apenas o período de 1999 a 2003, o acréscimo foi de 45,6%. O aumento mais acentuado foi observado entre 2002 e 2003 - variação anual de 25,4% - referente ao excelente desempenho na produção de grãos da safra 2002/03. Isso proporcionou o aumento da participação do agronegócio da agricultura no agronegócio gaúcho para 67,1%, reduzindo a importância da pecuária para 32,9%.

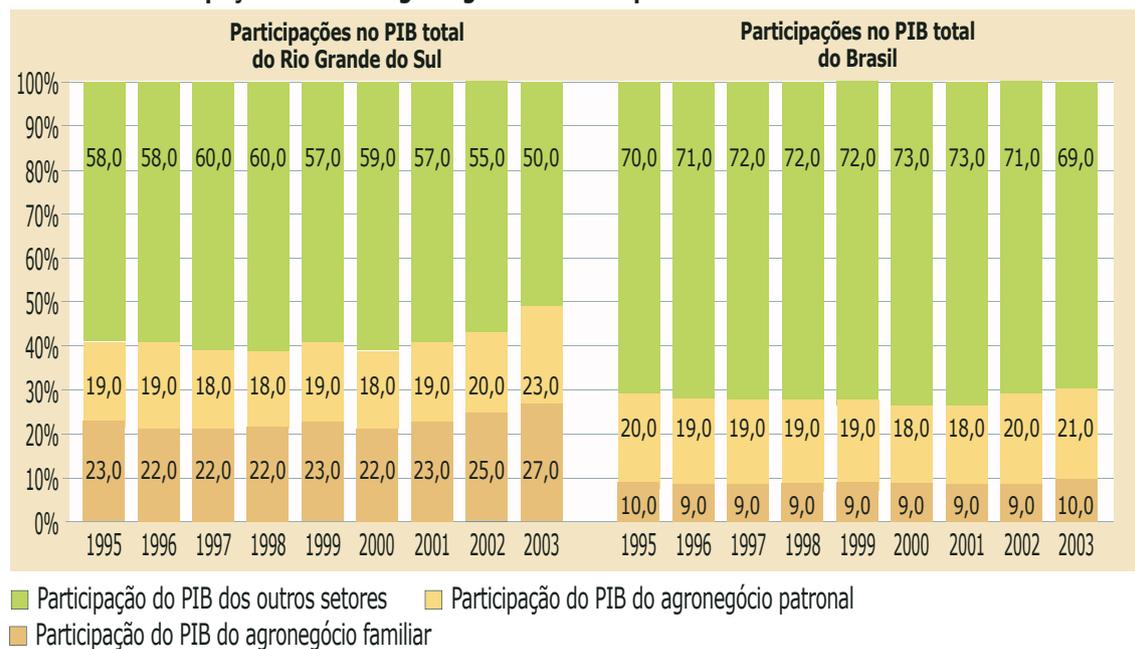
2. Tendo em vista que a taxa de câmbio é fator determinante da rentabilidade dos setores voltados ao mercado exterior, em especial a agricultura brasileira, o fortalecimento da moeda nacional através do Plano Real (1994) e a manutenção do valor do real próximo ao dólar, até 1998, provocaram uma forte redução nos preços agrícolas. Somente após a adoção do regime de bandas cambiais flexíveis, em 1999 (maxidesvalorização da moeda e sucessivo controle da volatilidade cambial), e a recuperação dos mercados da Ásia e da Rússia, o PIB do complexo agrícola foi favorecido, apresentando crescimento significativamente positivo.

Desempenho dos Agronegócios Familiar e Patronal do RS

Pela análise anterior, observa-se que o progresso do PIB do RS foi maior que o nacional. Isso foi proporcionado, principalmente, pelo alto desempenho do agronegócio gaúcho que, nos anos de 1995 a 2003, registrou um desenvolvimento progressivo do complexo pecuário e, mais acentuado, para o complexo agrícola, a partir do ano de 2000. Para explicar esse fato, é necessário compreender quais são as características do agronegócio gaúcho e como elas se desenvolveram nos últimos anos.

A comparação entre as participações percentuais do agronegócio familiar e patronal no PIB do RS e do Brasil, demonstrada no Gráfico 19, torna evidente que a contribuição das propriedades definidas como familiares é bastante superior para a economia do Estado do RS do que para a esfera nacional.

Gráfico 19: Participação do PIB do agronegócio familiar e patronal no PIB do Rio Grande do Sul e do Brasil



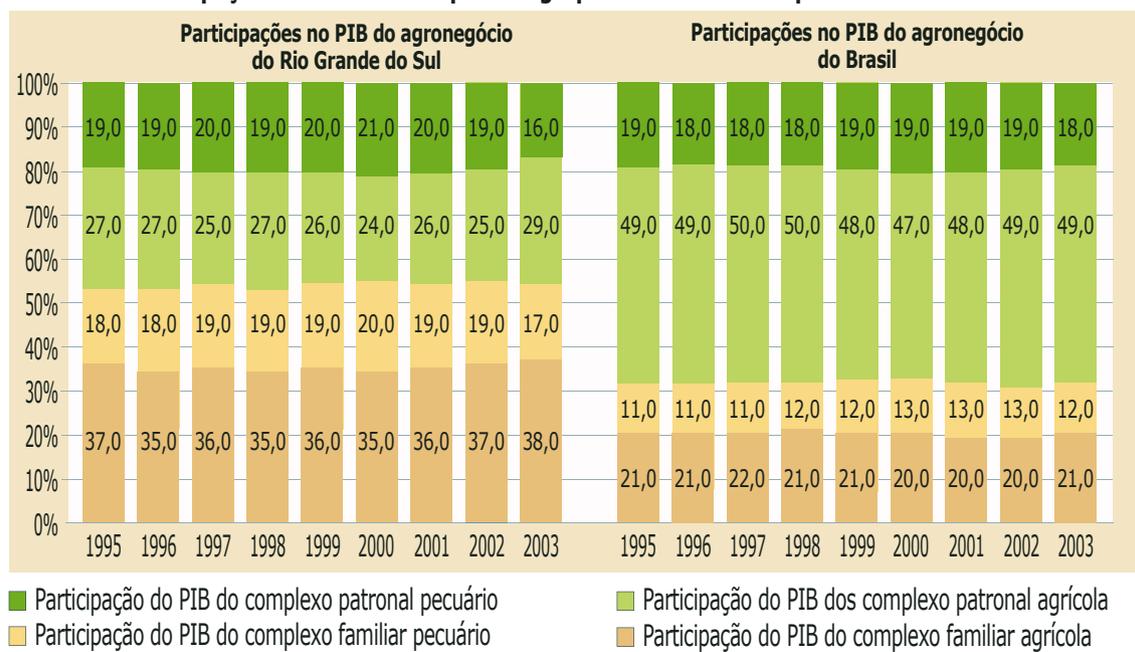
Fonte: dados da pesquisa

A média da participação do agronegócio familiar do RS (23,5%), no período de 1995 a 2003, é 2,5 vezes superior à da média nacional (9,3%). Quanto ao agronegócio patronal, as representatividades desse setor são semelhantes, com participação média de 19,4% para o RS e de 19,1% para o Brasil.

Salienta-se que, com relação ao apresentado no item anterior (Gráfico 17), a principal explicação para a grande diferença entre a participação do agronegócio no PIB do Estado do RS e do Brasil é dada, justamente, pela importância do agronegócio familiar.

Pela divisão da parcela do agronegócio familiar nos dois grandes complexos: agrícola e pecuário, observa-se, no Gráfico 20, que a participação tanto do complexo familiar agrícola como do complexo familiar pecuário são equitativamente maiores no agronegócio do RS em relação ao do Brasil.

Gráfico 20: Participações do PIB dos complexos agropecuários familiar e patronal no PIB do RS e do Brasil



Fonte: dados da pesquisa

Com relação à parcela do agronegócio patronal, as proporções são parecidas no que se refere à pecuária do RS e do Brasil. A maior diferença está vinculada, portanto, à agricultura. Ou seja, no RS, a importância da agricultura patronal é reduzida, sendo alocada de forma proporcional na agricultura e na pecuária do agronegócio familiar.

Dessa forma, a agricultura familiar admite maior expressividade na economia gaúcha, e a distribuição do PIB do agronegócio desse Estado é mais uniforme, quando comparada à totalidade do País. Os itens a seguir aprimoram as análises à medida que os componentes que formam os complexos são pormenorizados.

Complexos dos Agronegócios Familiar e Patronal do RS

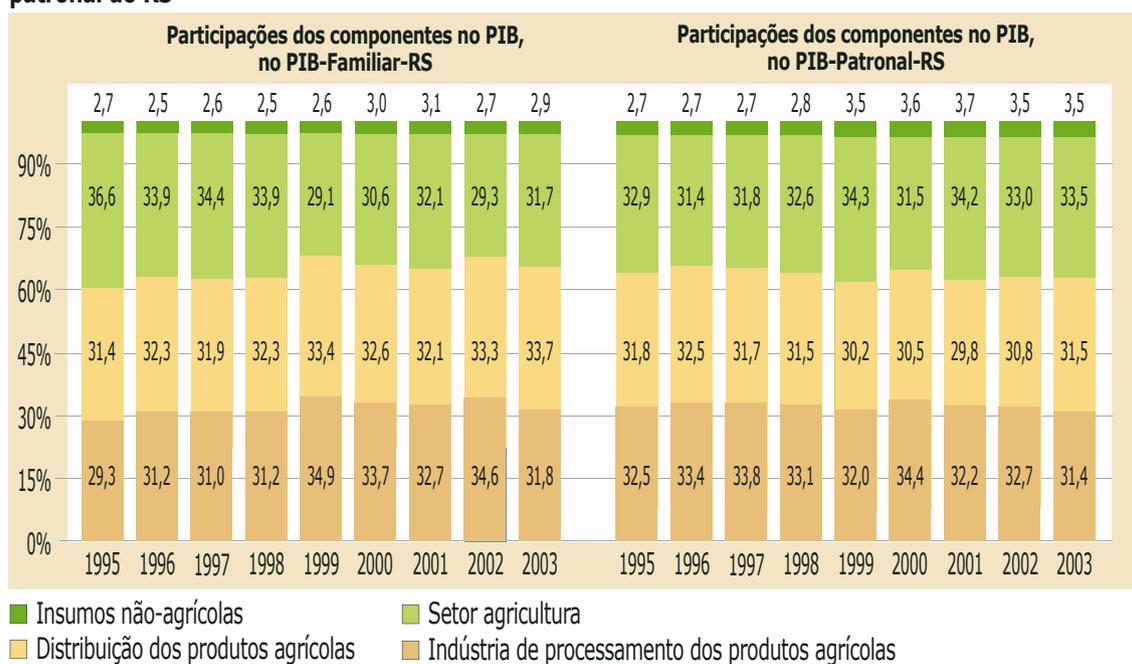
O PIB do agronegócio resulta da agregação do PIB do complexo agrícola com o PIB do complexo pecuário, e cada um é formado por quatro componentes principais - insumo, setor, indústria e distribuição. Nos tópicos a seguir, é apresentada a evolução da participação de cada componente dentro do PIB de cada complexo, com ênfase na separação entre o que é de origem familiar e o que é patronal, para o RS.

Componentes dos Complexos Agrícolas Familiar e Patronal do RS

No Estado do RS, as quantias percentuais relacionadas com cada um dos quatro componentes do agronegócio familiar agrícola são semelhantes àsquelas referentes ao agronegócio patronal. Além disso, no decorrer dos anos, a composição do agronegócio da agricultura também não foi significativamente alterada. O Gráfico 21 ilustra este fato, demonstrando a similaridade existente entre os anos e os dois universos da análise.

Essa semelhança indica que a estrutura de organização do setor agrícola e de seus elos comerciais envolvidos é homogênea no RS. Isso sugere que as atividades produtivas exercidas nas propriedades rurais consideradas patronais são parecidas com as daquelas classificadas como familiares.

Gráfico 21: Participação dos quatro componentes que formam o agronegócio da agricultura familiar e patronal do RS

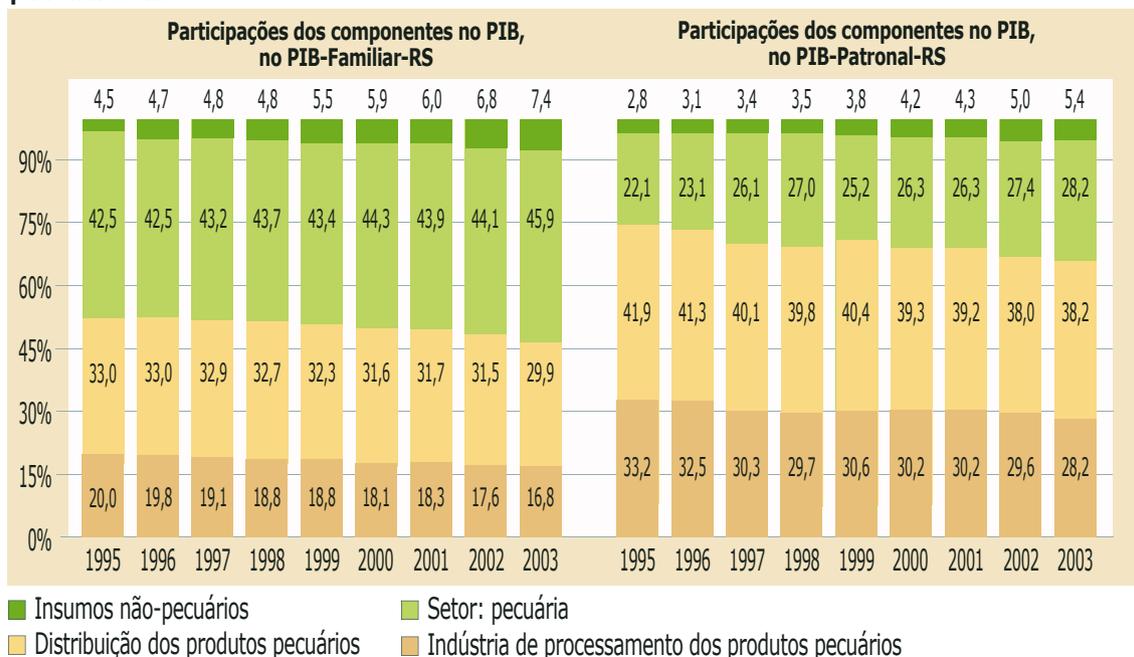


Fonte: dados da pesquisa

Componentes dos Complexos Pecuários Familiar e Patronal do RS

Diferentemente do complexo agrícola, as quantias percentuais, relacionadas com cada um dos quatro componentes do agronegócio familiar pecuário, são bastante distintas daquelas referentes ao agronegócio patronal. Outra diferença do complexo agrícola está na composição do agronegócio da pecuária, haja vista que ela foi alterada no decorrer dos últimos anos. O Gráfico 22 ilustra esses fatos, tornando explícita a grande diferença observada no setor da produção pecuária familiar e na patronal.

Gráfico 22: Participação dos quatro componentes que formam o agronegócio da pecuária familiar e patronal do RS



Fonte: dados da pesquisa

Ao contrário da análise anterior, para o complexo agrícola, a estrutura de organização do setor pecuário e de seus elos comerciais envolvidos não é homogênea. A predominância das atividades produtivas exercidas nas propriedades rurais consideradas patronais não é parecida com as daquelas classificadas como familiares.

Se, por um lado, a maior parte do setor da pecuária patronal está embasada na criação extensiva de gado, por outro lado, o setor da pecuária familiar contém em sua maior parte criações intensificadas. Plantéis com alta densidade, que exigem maiores quantidades de insumos e que produzem mais, quando comparados aos rebanhos criados a pasto. Por esse motivo, a demanda por insumos e o destino da produção do setor da pecuária familiar são diferentes do setor da pecuária patronal.

Evolução dos Componentes dos Agronegócios Familiar e Patronal do RS

Os Gráficos 23 e 24 demonstram o desenvolvimento do PIB, a partir de 1995, de cada componente.

Buscando as informações da seção anterior, sabe-se que os componentes do complexo agrícola: indústria, distribuição e o próprio setor agrícola têm representatividades equivalentes. Assim o crescimento semelhante mostrado no Gráfico 23, especialmente para a agricultura patronal, permite inferir que esses três segmentos da economia do RS devam ser bastante relacionados, dado que o crescimento de um dos setores implica

Gráfico 23: Variação acumulada dos quatro componentes que formam o agronegócio da agricultura familiar e patronal do RS

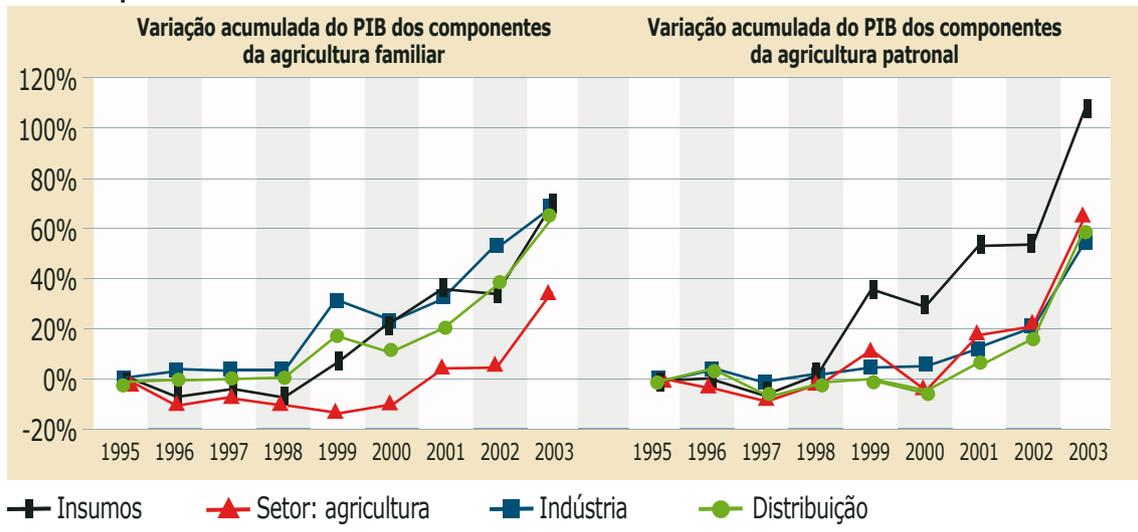
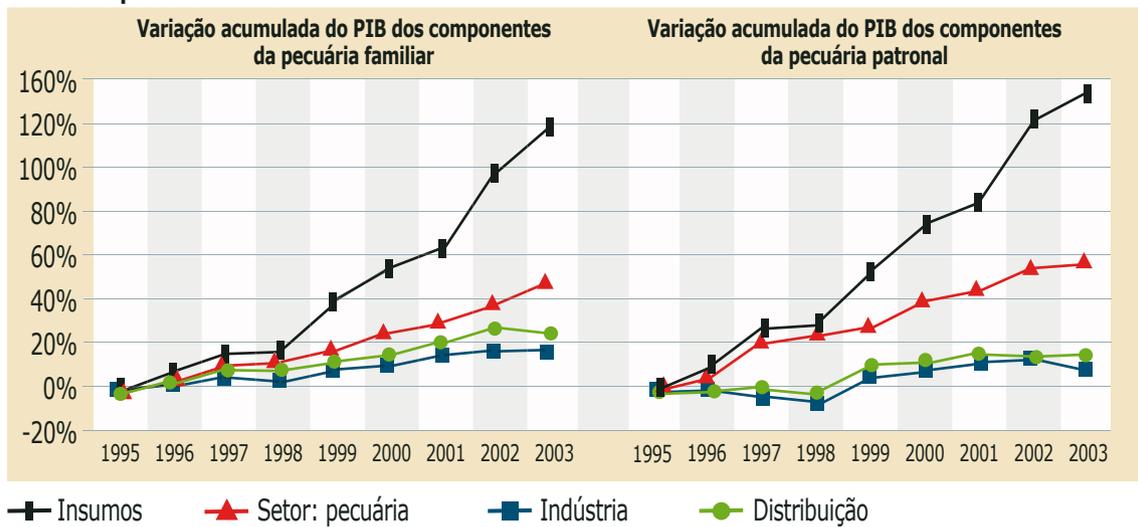


Gráfico 24: Variação acumulada dos quatro componentes que formam o agronegócio da pecuária familiar e patronal do RS



Fonte: dados da pesquisa

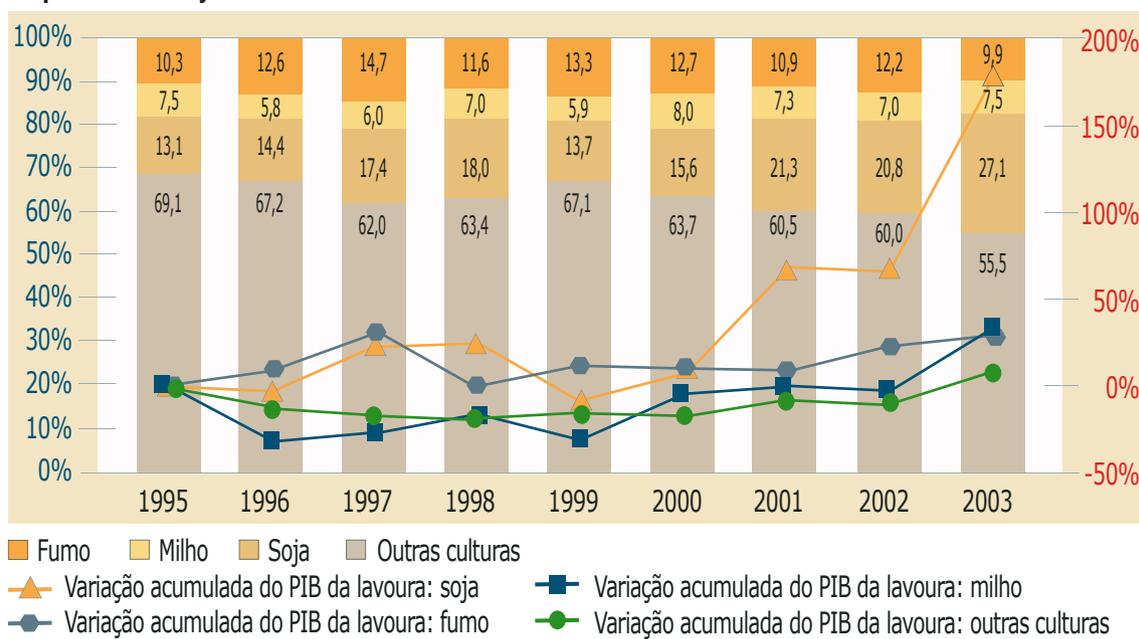
mudanças diretas nos outros. O fornecimento de insumos, por exemplo, apresentou a maior alta acumulada até 2003, mas não foi o principal elemento responsável pelo bom desempenho do complexo agrícola, dada a sua menor representatividade. O seu crescimento está associado à maior demanda do setor da produção rural.

Quanto ao complexo pecuário, novamente o fornecimento de insumos teve maior destaque, chegando a duplicar sua importância relativa quanto ao PIB dos outros componentes do complexo do pecuário. Mas o destaque maior se dá pelo aumento do próprio setor pecuário, tornando-se mais expressivo tanto no universo do agronegócio familiar quanto no do patronal.

O Setor e a Indústria Agrícolas do RS

Os Gráficos 25 e 26 detalham o PIB do componente setor agrícola, demonstrando a participação das culturas de soja, milho, fumo e das culturas restantes. Pelos dois gráficos, pode-se constatar que os percentuais do PIB gerado pela soja são parecidos. No caso do item outras culturas, referente à agricultura patronal, os valores estão em média 17 pontos percentuais maiores, devido à diferença ocasionada pela menor produção percentual de milho (cerca de 3 pontos percentuais) e irrelevância, também percentual, da fomicultura, nas propriedades patronais.

Gráfico 25: Participação de algumas culturas que formam o setor da agricultura familiar no RS e as respectivas variações acumuladas do PIB

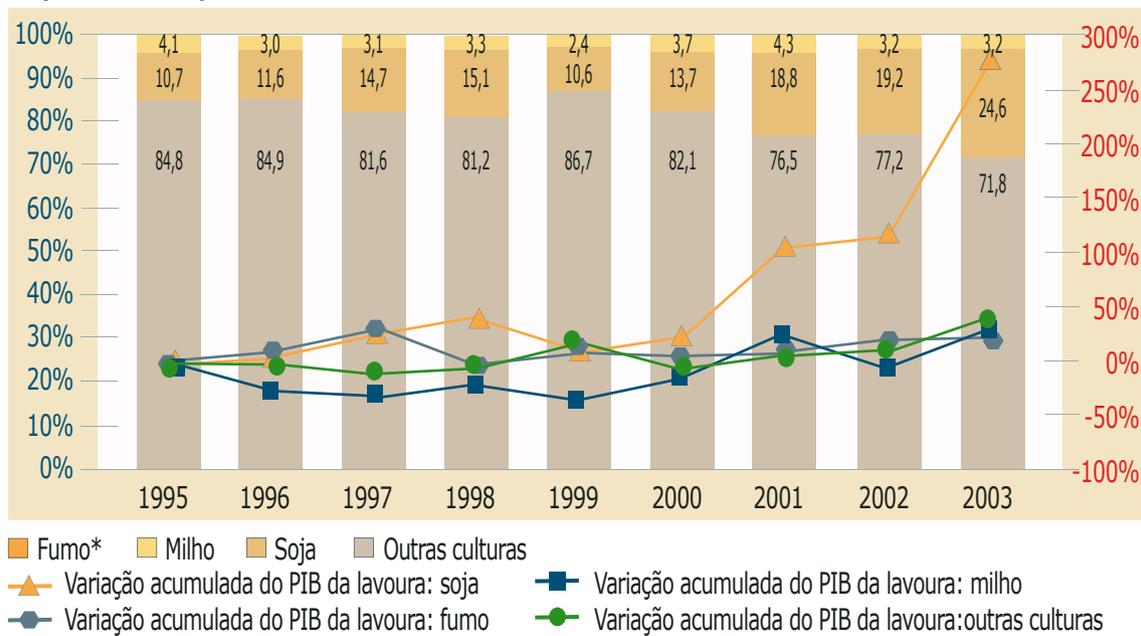


Fonte: dados da pesquisa

A produção de fumo corresponde a 12% do PIB médio do setor agrícola familiar e 7% quando considerado o PIB total do complexo agrícola. Nesse grau de desagregação, o fumo é o produto que determina a marcante diferença entre estrutura agrícola familiar e patronal. Através das linhas, nos Gráficos 25 e 26, são expostas as variações acumuladas do PIB das culturas de soja, milho, fumo e outras culturas. Nesses gráficos, a interpretação das variações deve ser realizada pelo eixo da direita.

Comparando os dois tipos de agricultura (familiar e patronal) nota-se que as variações do PIB das culturas são parecidas. Excetuando a cultura da soja, nenhuma delas ultrapassa a faixa de 50% de aumento. As tendências de crescimento da produção de soja são parecidas, mas o incremento na agricultura patronal, até 2003, é quase três

Gráfico 26: Participação de algumas culturas que formam o setor da agricultura patronal no RS e as respectivas variações acumuladas do PIB



* O fumo não aparece no gráfico de colunas em função de sua baixa participação (0,3%).

Fonte: dados da pesquisa

vezes maior que a produção de 1995, enquanto que na agricultura familiar o incremento também foi alto, mas menor, com a produção sendo elevada a um patamar duas vezes maior. Em ambos os casos, basicamente, a cultura da soja foi a principal responsável pelo crescimento do PIB do setor agrícola, dentro do complexo da agricultura.

As mudanças ocorridas nos anos de 1995 a 2003, na indústria de processamento da produção agrícola familiar, podem ser avaliadas pela Tabela 1.

Tabela 1: Variações acumuladas do PIB das indústrias vinculadas à agricultura familiar do RS (em %)

Varição acumulada do PIB da indústria	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Madeira e mobiliário	3,3	10,1	1,5	7,4	33,6	37,9	36,5	16,0
Celulose, papel e gráfica	-20,2	-21,6	-11,5	-9,1	-3,5	-10,3	8,9	22,5
Indústria têxtil	-26,2	-32,1	-52,2	-59,4	-50,7	-62,4	-64,5	-66,0
Artigos de vestuário	-20,5	-46,2	-66,0	-76,2	-69,7	-80,2	-81,8	-87,7
Indústria do fumo	8,8	41,8	30,5	127,6	88,8	122,6	162,9	116,10
Beneficiamento produtos vegetais	4,6	-7,7	0,2	2,2	-10,7	-18,4	31,2	127,0
Fabricação de óleos vegetais	-1,3	-2,4	2,1	-26,2	-35,6	-6,5	-2,5	67,1
Outros produtos alimentares	-2,1	-20,4	-15,5	0,2	12,5	9,8	-3,2	4,8

Fonte: dados da pesquisa

Dentre as indústrias, as que mais se destacaram no período analisado foram a indústria do fumo, a de beneficiamento de produtos vegetais e a de fabricação de óleos vegetais. Conforme os Gráficos 25 e 26, o PIB de todos os cultivos apresentaram aumentos percentuais de forma a estimular também a indústria de beneficiamento desses

produtos. Os bruscos aumentos verificados entre os anos de 2002 e 2003, para o beneficiamento e a fabricação de óleos vegetais, são conseqüência direta da absorção da produção excepcional de soja da safra do mesmo período pelo setor industrial.

Para a agricultura familiar do RS, a indústria de fumo assume a maior importância relativa, devido à expressiva agregação de valor, durante a industrialização do produto fumo.

Novamente, agora no contexto patronal, as indústrias que tiveram maior crescimento do PIB foram aquelas ligadas com a produção de soja - a indústria de beneficiamento de produtos vegetais e a de fabricação de óleos vegetais. (Tabela 2) Da mesma forma, acentuados aumentos entre os anos de 2002 a 2003 foram observados no PIB dessas indústrias, sendo que suas respectivas participações relativas aumentaram sucessivamente a partir de 2000.

Tabela 2: Variações acumuladas do PIB das indústrias vinculadas à agricultura patronal do RS (em %)

Varição acumulada do PIB da indústria	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Madeira e mobiliário	18,0	34,8	21,4	26,9	54,8	58,6	50,3	38,4
Celulose, papel e gráfica	-10,2	-6,2	3,9	5,5	10,0	1,6	18,6	43,2
Indústria têxtil	-4,5	15,7	23,8	41,1	58,3	76,5	58,4	74,3
Artigos de vestuário	1,6	-10,3	-14,8	-20,3	-6,3	-11,0	-22,1	-39,7
Indústria do fumo	8,3	39,0	19,0	116,4	80,0	117,0	148,7	99,0
Beneficiamento de produtos vegetais	7,5	-10,7	-2,9	-1,3	-15,7	-7,8	28,1	123,9
Fabricação de óleos vegetais	3,7	-0,5	12,2	-14,6	-28,6	9,4	20,8	113,3
Outros produtos alimentares	0,8	-17,7	-13,1	1,9	-9,4	0,8	-7,2	-3,0

Fonte: dados da pesquisa

O Setor e a Indústria Pecuária do RS

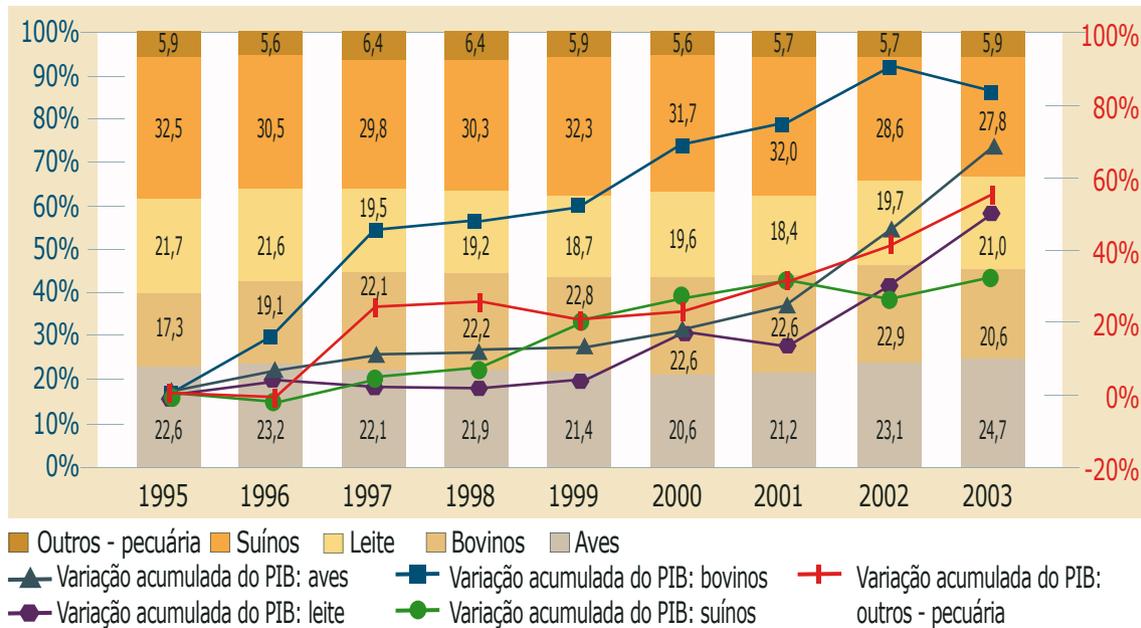
Os Gráficos 27 e 28 apresentam a participação do PIB das criações no setor pecuário, relativas aos agronegócios familiar e patronal. Observa-se que as parcelas percentuais determinadas para cada tipo de criação são diferentes. A suinocultura é responsável pela maior parcela do PIB do agronegócio pecuário familiar (em média, 30%), mas a importância das outras categorias pecuárias é distribuída de forma semelhante entre o restante das criações.

No agronegócio patronal, a bovinocultura de corte assume a maior parcela de representatividade, sendo superior à soma de todas as outras criações. A importância do setor leiteiro é bastante reduzida, quando comparada à do universo familiar. Entretanto, a maior variação acumulada do PIB do setor pecuário tanto para o agronegócio familiar como patronal corresponde ao desenvolvimento da produção de gado de corte. Apenas no último ano (2003), houve variação negativa do PIB da bovinocultura de corte, que pode estar associada com a destinação de áreas de pastoreio para o cultivo de soja.

A indústria vinculada ao complexo da pecuária no RS não teve um desempenho tão bom quanto o setor de produção do complexo pecuário. (Gráfico 24) Nos gráficos

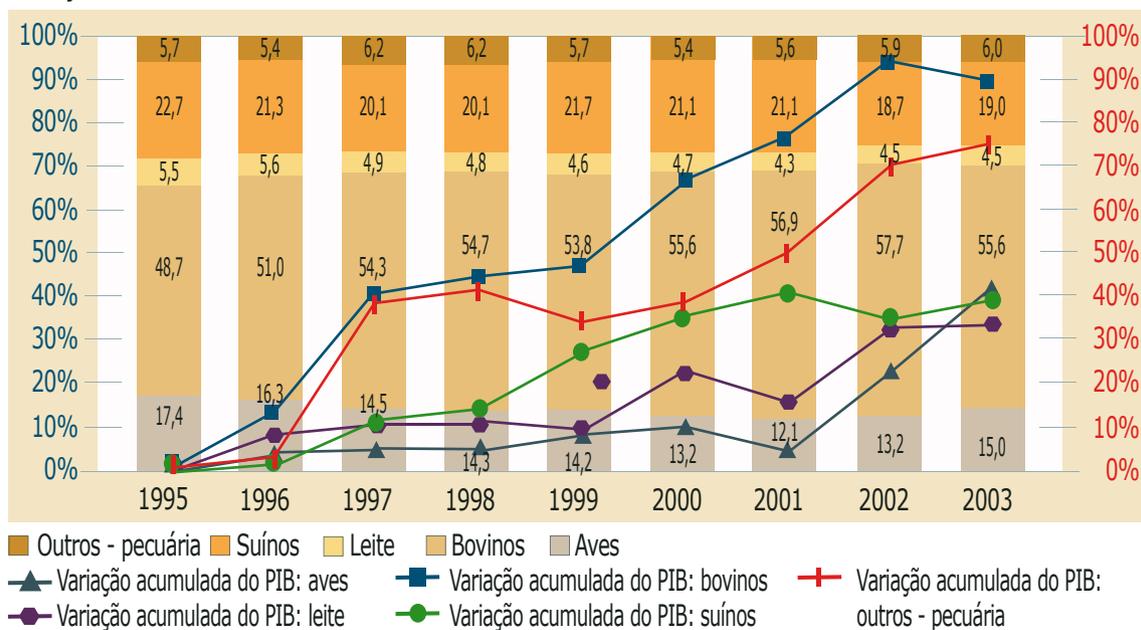
29 e 30 constata-se, através da observação das linhas e do eixo correspondente, à esquerda, que apenas a indústria de abate de aves acumulou um expressivo aumento, modificando também sua participação tanto no PIB do agronegócio familiar quanto no patronal.

Gráfico 27: Participação das criações que formam o setor da pecuária familiar no RS e as respectivas variações acumuladas do PIB



Fonte: dados da pesquisa

Gráfico 28: Participação das criações que formam o setor da pecuária patronal no RS e as respectivas variações acumuladas do PIB



Fonte: dados da pesquisa

Gráfico 29: Participação das criações que formam o setor da pecuária familiar no RS e as respectivas variações acumuladas do PIB

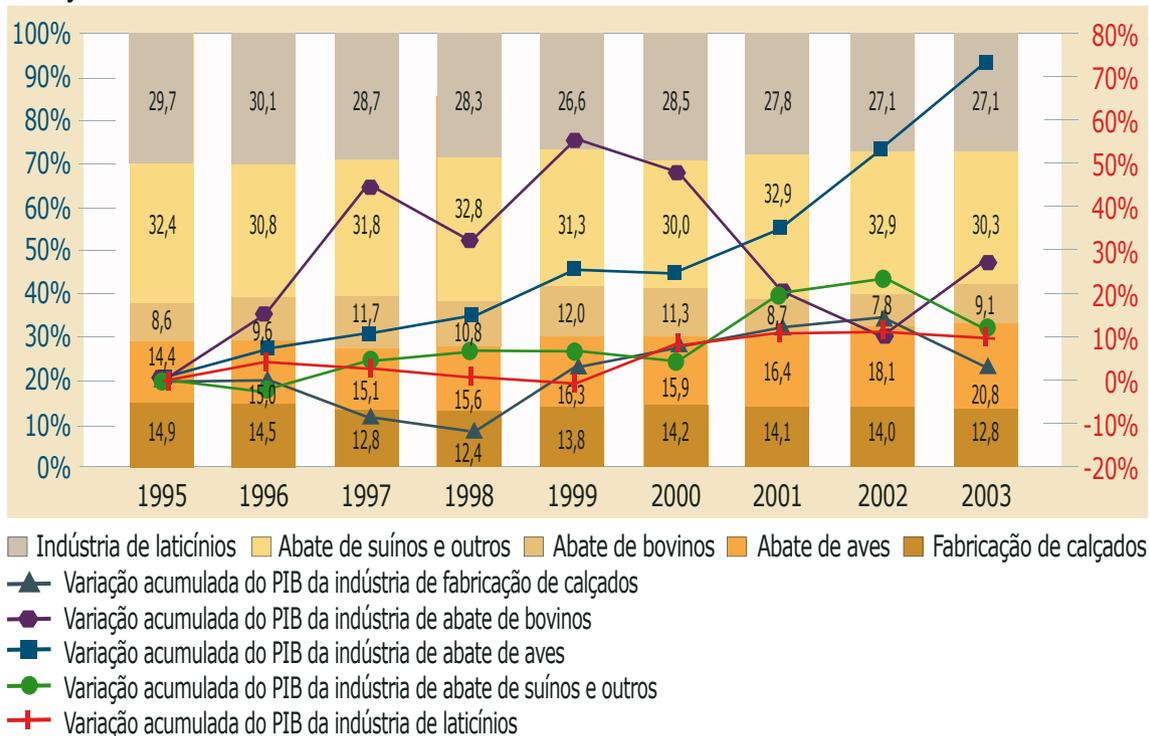
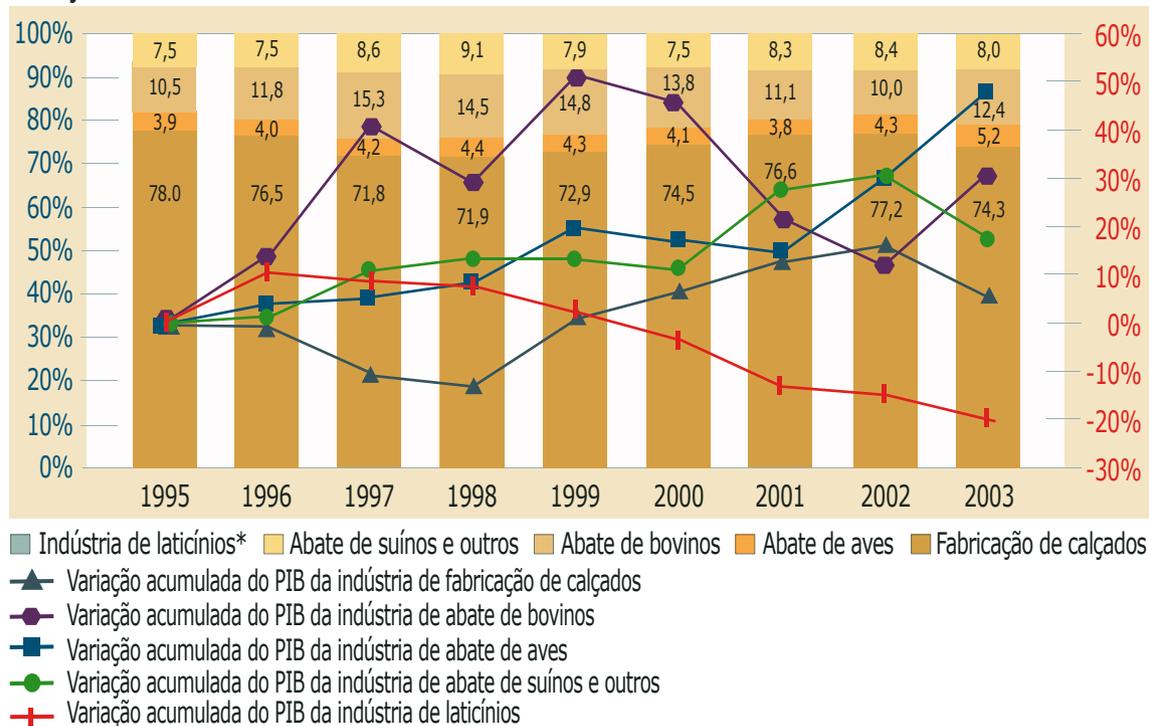


Gráfico 30: Participação das criações que formam o setor da pecuária patronal no RS e as respectivas variações acumuladas do PIB



* A indústria de laticínios não aparece no gráfico de colunas em função de sua baixa participação (0,1%).

Fonte: dados da pesquisa

O Gráfico 28 reflete, nas participações das indústrias, a mesma importância das criações do setor de produção. Ou seja, a indústria de abate de suínos é tão importante para o PIB da indústria do complexo pecuário quanto a criação de suínos é para o PIB do setor de produção pecuário. O mesmo ocorre de forma aproximada para as demais indústrias. Deve-se considerar, no entanto, que a produção da bovinocultura é destinada para a indústria de abate de bovinos e a de fabricação de calçados.

Nota-se, portanto, que a indústria pecuária do agronegócio familiar é bastante relacionada com o setor de produção. Mas isso não ocorre da mesma maneira no agronegócio patronal. A fabricação de calçados somada à indústria de abate de bovinos abrangem quase que a totalidade do PIB da indústria do complexo pecuário.

Comentários Finais

O panorama do Rio Grande do Sul constitui-se num caso à parte do Brasil, ou seja, a sua estrutura produtiva mostra-se diferente daquela observada na economia brasileira, assim como o complexo do agronegócio, que possui um peso muito maior na economia gaúcha, chegando a 50,1%, em 2003. No caso do agronegócio familiar, enquanto no Brasil este participa com aproximadamente 33% do agronegócio total, no RS a participação encontra-se ao redor de 55%.

Dentre os dois grandes complexos que formam o agronegócio, tanto o PIB do complexo agrícola quanto o do pecuário aumentaram nos nove anos estudados. Apresentando uma tendência mais uniforme, a variação acumulada do PIB do agronegócio da pecuária atingiu 35,2%, enquanto que o PIB do agronegócio agrícola foi bastante favorecido nos anos após a flexibilização cambial e conseqüente desvalorização do real

Entre os anos de 1995 e 2003, o percentual de crescimento acumulado do PIB do agronegócio agrícola foi de 58%, mas, considerando apenas o período de 1999 a 2003, o acréscimo foi de 45,6%. O aumento mais acentuado foi observado entre 2002 e 2003 - variação anual de 25,4% - referente ao excelente desempenho na produção de grãos da safra 2002/03. Isso proporcionou o aumento da participação do agronegócio da agricultura no agronegócio gaúcho para 67,1%, reduzindo a importância da pecuária para 32,9%.

Pela comparação entre as participações percentuais do agronegócio familiar e do patronal no PIB do RS e do Brasil, torna-se evidente que a contribuição das propriedades definidas como familiares é bastante superior para a economia do Estado do RS do que para a esfera nacional.

A média da participação do agronegócio familiar do RS (23,5%) no PIB do Estado, no período de 1995 a 2003, é 2,5 vezes superior à da média nacional (9,3%). Quanto ao agronegócio patronal, as representatividades desse setor são semelhantes, com participação média de 19,4% para o PIB do RS e 19,1% para o PIB do Brasil.

Pela divisão da parcela do agronegócio familiar nos dois grandes complexos: agrícola e pecuário, observa-se que a participação tanto do complexo familiar agrícola como do complexo familiar pecuário são equitativamente maiores no agronegócio do RS em relação ao Brasil.

Com relação à parcela do agronegócio patronal, as proporções são parecidas no que dizem respeito à pecuária do RS e do Brasil. A maior diferença está vinculada, portanto, à agricultura. Ou seja, no RS, a importância da agricultura patronal é reduzida, sendo alocada de forma proporcional na agricultura e na pecuária do agronegócio familiar.

Dessa forma, a agricultura familiar admite maior expressividade na economia gaúcha, e a distribuição do PIB do agronegócio desse Estado é mais uniforme, quando comparada à totalidade do País.

O PIB do agronegócio resulta da agregação do PIB do complexo agrícola com o PIB do complexo pecuário, sendo que cada um é formado por quatro componentes principais - insumo, setor, indústria e distribuição.

No Estado do RS, as quantias percentuais relacionadas com cada um dos quatro componentes do agronegócio familiar agrícola são semelhantes àquelas referentes ao agronegócio patronal. Além disso, no decorrer dos anos, a composição do agronegócio da agricultura também não foi significativamente alterada.

Essa semelhança indica que a estrutura de organização do setor agrícola e de seus elos comerciais envolvidos é homogênea no RS. Isso sugere que as atividades produtivas exercidas nas propriedades rurais consideradas patronais são parecidas com as daquelas classificadas como familiares.

O Estado do RS tem peculiaridades que possibilitam esse tipo de êxito rural. Fatores inerentes à forma de colonização e à herança cultural de povos europeus capacitaram os produtores a desenvolverem formas de associativismo, permitindo que pequenas unidades produtoras possam competir com as grandes propriedades. Isso porque os ganhos de escala obtidos nas grandes propriedades (especialmente devido ao serviço do maquinário agrícola) não são tão discrepantes. A cooperação mútua entre pequenos produtores e a disponibilidade de serviços agrícolas de forma terceirizada, nos mercados locais, supre esse tipo de demanda da produção familiar e reduz a diferença de rentabilidade que existe entre os cultivos em pequena e em larga escala.

Diferentemente do complexo agrícola, as quantias percentuais relacionadas com cada um dos quatro componentes do agronegócio familiar pecuário são bastante distintas daquelas referentes ao agronegócio patronal. Essa diferença ocorre devido às características inerentes a cada tipo de criação animal. A bovinocultura de corte é tradicionalmente extensiva no RS. Devido à abundância de regiões formadas por campos nativos e de terras pouco interessantes para a agricultura, a produção de bovinos foi estabelecida de forma a ocupar grandes áreas. Na análise mais aprofundada do setor pecuário, é possível observar

que enquanto o PIB do setor pecuário familiar é bem distribuído para as criações de suínos, aves, bovinocultura de corte e de leite; a proporção do PIB, no setor pecuário patronal, gerada pela criação de gado para corte, é muito superior às demais.

As criações como aves e suínos, são, pelo contrário, altamente intensivas em área e capital. Geralmente, são desenvolvidas em propriedades menores e por isso não são excluídas de imediato da classificação associada à propriedade familiar. É possível verificar que a proporção do PIB da suinocultura em relação à pecuária familiar é a maior (aproximadamente 30%). Avicultura, bovinocultura para corte e para leite têm níveis de importância parecidos, ao redor de 20%.

Se, por um lado, a maior parte do setor da pecuária patronal está embasada na criação extensiva de gado, por outro lado, o setor da pecuária familiar contém em sua maior parte criações intensificadas. Plantéis com alta densidade, que exigem maiores quantidades de insumos e que produzem mais, quando comparados aos rebanhos criados a pasto. Por esse motivo, a demanda por insumos e o destino da produção do setor da pecuária familiar são diferentes do setor da pecuária patronal.

Dentre as indústrias, as que mais se destacaram no período analisado foram: a indústria do fumo, a de beneficiamento de produtos vegetais, e a de fabricação de óleos vegetais. O PIB de todos os cultivos apresentaram aumentos percentuais de forma a estimular também a indústria de beneficiamento desses produtos. Os bruscos aumentos, verificados entre os anos de 2002 a 2003 para o beneficiamento e a fabricação de óleos vegetais, são consequência direta da absorção da produção excepcional de soja da safra 2002/03 pelo setor industrial.

Para a agricultura familiar do RS, a indústria de fumo assume maior importância relativa, devido à expressiva agregação de valor, durante a industrialização do produto fumo. No caso da agricultura patronal, a participação dessa indústria é pouco significativa. Esses opostos são devidos ao condicionamento do setor industrial com o setor da produção rural. Novamente, agora no contexto patronal, as indústrias que tiveram maior crescimento do PIB foram aquelas ligadas à produção de soja - a indústria de beneficiamento de produtos vegetais e a de fabricação de óleos vegetais. Da mesma forma, acentuados aumentos, entre os anos de 2002 a 2003, foram observados no PIB dessas indústrias, sendo que suas respectivas participações relativas aumentaram sucessivamente, a partir de 2000.

A suinocultura é responsável pela maior parcela do PIB do agronegócio pecuário familiar (em média 30%), mas a importância das outras categorias pecuárias é distribuída de forma semelhante entre o restante das criações.

No agronegócio patronal, a bovinocultura de corte assume a maior parcela de representatividade, sendo superior à soma de todas as outras criações. A importância do setor leiteiro é bastante reduzida, quando comparada à do universo familiar. Ainda, a redução do crescimento do PIB do complexo pecuário patronal, no último ano (2003),

advém da variação negativa do PIB da bovinocultura de corte, que pode estar associada à destinação de áreas de pastoreio para o cultivo de soja.

A indústria vinculada ao complexo da pecuária no RS não teve um desempenho tão bom quanto o setor de produção do complexo pecuário. Constatase que apenas a indústria de abate de aves acumulou um expressivo aumento modificando também sua participação tanto no PIB do agronegócio familiar quanto no patronal.

A indústria de abate de suínos é tão importante para o PIB da indústria do complexo pecuário quanto a criação de suínos é para o PIB do setor de produção pecuário. O mesmo ocorre, de forma aproximada, para as demais indústrias. Deve-se considerar, no entanto, que a produção da bovinocultura é destinada para a indústria de abate de bovinos e para a de fabricação de calçados.

Nota-se, portanto, que a indústria pecuária do agronegócio familiar é bastante relacionada com o setor de produção. Mas isso não ocorre da mesma maneira no agronegócio patronal. A fabricação de calçados somada à indústria de abate de bovinos abrange quase que a totalidade do PIB da indústria do complexo pecuário.

As estimativas do PIB do agronegócio familiar e sua evolução nos últimos oito anos (1995 a 2003) mostram, claramente, que os pequenos agricultores ou os agricultores familiares respondem por parcela expressiva da riqueza nacional, ainda mais tendo em vista a insuficiência de terras, as dificuldades creditícias, o menor aporte tecnológico, a fragilidade da assistência técnica e a subutilização da mão-de-obra.

Essa relativa punjança decorre, de um lado, da existência de parcelas importantes do segmento familiar que se encontram integradas aos setores agroindustriais e da distribuição e, de outro, à utilização plena de suas terras. Cabe destacar o quão importante são esses agricultores nas atividades da pecuária de pequeno porte – altamente articulada com os setores industriais, na fuminicultura e no beneficiamento de produtos alimentares.

Há, por fim, muito espaço para o crescimento do agronegócio familiar, tendo em conta que a amplificação da atividade primária de caráter familiar em direção ao agronegócio é de menor envergadura que no segmento patronal, isto é, no caso do Brasil, o PIB da agricultura familiar é multiplicado por 2,8, em 2003. Para se ter o agronegócio, esse fator é de 3,6 para o patronal e já foi da ordem de 4,0 no segmento patronal em meados dos anos de 1990. Para o caso do Rio Grande do Sul, apesar de os valores para a agricultura familiar e para a patronal estarem mais próximos, em 2003 foram de 2,8 para a agricultura familiar e de 3,2 para a patronal, eles ainda mostram uma maior agregação de valor no agronegócio patronal do que no familiar.



Um novo projeto de desenvolvimento para o país passa pela transformação do meio rural num espaço com qualidade de vida, acesso a direitos, sustentabilidade social e ambiental.

Ampliar e qualificar as ações de reforma agrária, as políticas de fortalecimento da agricultura familiar, de promoção da igualdade e do etnodesenvolvimento das comunidades rurais tradicionais. Esses são os desafios que orientam as ações do **Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD)**, órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) voltado para a produção e difusão de conhecimento que subsidia as políticas de desenvolvimento rural.

Trata-se de um espaço de reflexão, divulgação e articulação institucional com diferentes centros de produção de conhecimento sobre o meio rural, nacionais e internacionais, como núcleos universitários, instituições de pesquisa, organizações não-governamentais, centros de movimentos sociais, agências de cooperação.

Em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o **NEAD** desenvolve um projeto de cooperação técnica intitulado "Apoio às Políticas e à Participação Social no Desenvolvimento Rural Sustentável", que abrange um conjunto diversificado de ações de pesquisa, intercâmbio e difusão.

Eixos articuladores

Construção de uma rede rural de cooperação técnica e científica para o desenvolvimento

Democratização ao acesso às informações e ampliação do reconhecimento social da reforma agrária e da agricultura familiar

O **NEAD** busca também:

Estimular o processo de autonomia social

Debater a promoção da igualdade

Analisar os impactos dos acordos comerciais

Difundir a diversidade cultural dos diversos segmentos rurais

Projeto editorial

O projeto editorial do **NEAD** abrange publicações das séries **Estudos NEAD**, **NEAD Debate**, **NEAD Especial** e **NEAD Experiências**, o **Portal NEAD** e o boletim **NEAD Notícias Agrárias**.

Publicações



Reúne estudos elaborados pelo **NEAD**, por outros órgãos do MDA e organizações parceiras sobre variados aspectos relacionados ao desenvolvimento rural.



Inclui coletâneas, traduções, reimpressões, textos clássicos, compêndios, anais de congressos e seminários.



Apresenta temas atuais relacionados ao desenvolvimento rural que estão na agenda dos diferentes atores sociais ou que estão ainda pouco divulgados.



Difunde experiências e iniciativas de desenvolvimento rural a partir de textos dos próprios protagonistas.

Portal

Um grande volume de dados é atualizado diariamente na página eletrônica **www.nead.org.br**, estabelecendo, assim, um canal de comunicação entre os vários setores interessados na temática rural. Todas as informações coletadas convergem para o **Portal NEAD** e são divulgadas por meio de diferentes serviços.

A difusão de informações sobre o meio rural contam com uma biblioteca virtual temática integrada ao acervo de diversas instituições parceiras. Um catálogo *on-line* também está disponível no portal para consulta de textos, estudos, pesquisas, artigos e outros documentos relevantes no debate nacional e internacional.

Boletim

Para fortalecer o fluxo de informações entre os diversos setores que atuam no meio rural, o **NEAD** publica, semanalmente, o boletim **NEAD Notícias Agrárias**. O informativo é distribuído para mais de 10 mil usuários, entre pesquisadores, professores, estudantes, universidades, centros de pesquisa, organizações governamentais e não-governamentais, movimentos sociais e sindicais, organismos internacionais e órgãos de imprensa.

Enviado todas as sextas-feiras, o boletim traz notícias atualizadas sobre estudos e pesquisas, políticas de desenvolvimento rural, entrevistas, experiências, acompanhamento do trabalho legislativo, cobertura de eventos, além de dicas e sugestões de textos para fomentar o debate sobre o mundo rural.

Visite o Portal www.nead.org.br

nead@nead.gov.br – Telefone: (61) 3328 8661
SCN Quadra 1, Bloco C, Ed. Brasília Trade Center, 5º andar, sala 506
Brasília (DF) CEP 70711-901



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

